



# O REALENGO



Revista Científica da Escola de Instrução Especializada - Número 025 - Ano 2022



ESCOLA DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA

*Escola de Instrução Especializada*

*Berço da Especialização do Exército*

## ESIE: REVISTA CIENTÍFICA “O REAL’ENGO”

A Revista “O REAL’ENGO” é uma publicação da Escola de Instrução Especializada (EsIE), criada em 1999, com o objetivo de divulgar as atividades desenvolvidas em seu meio e estimular a produção cultural, bem como fomentar a disseminação de conhecimento nas áreas correlacionadas com os seus cursos e estágios. Após um lapso de treze anos sem publicações, retorna no presente ano em **nova versão científica**, editada pela Seção de Pós-graduação, com previsão de periodicidade anual, e com a meta de contribuir com a difusão de atualidades, artigos científicos, artigos de opinião e estudos de caso, desenvolvidos por seus discentes e docentes, dentro do campo das ciências militares, de forma a colaborar com a geração do conhecimento.

### EQUIPE EDITORIAL

#### Diretor de edição

Coronel Vicente De Paulo Souza Da Silva Santos

#### Comissão Editorial

TC Fábio Souza da Silva Brederode  
Maj José Geraldo Gonçalves Almeida  
Maj Thiago Costa Lemos  
Capitão Renata Simões Barros Bothona  
Capitão Cristiano José Camilo da Silva Cardoso  
1º Ten Thiago de Oliveira Conceição  
2º Sgt Luiz Felipe D’Eça de Sousa Pimenta

#### Redação e Revisão

Capitão Renata Simões Barros Bothona  
2º Sgt Luiz Felipe D’Eça de Sousa Pimenta

#### Créditos design e edição gráfica:

Maj Roberto Pietko Bothona

---

### EsIE: REVISTA CIENTÍFICA “O REAL’ENGO”

Pós-Graduação – n. 25 (2022).  
Rio de Janeiro: EsIE, 2022 - 83p.

Anual

1. Ciências Militares. 2. Aperfeiçoamento. 3. Especialização. 4. Defesa Nacional. 5. Doutrina Militar Terrestre

---

### EsIE: REVISTA CIENTÍFICA “O REAL’ENGO”

Escola de Instrução Especializada – EsIE  
Endereço: R. Mal. Abreu Lima, 450 – Realengo.  
CEP 21735-240 Rio de Janeiro – RJ  
<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/Realengo> - <http://www.esie.eb.mil.br/>



## SUMÁRIO

<b>EDITORIAL.....</b>	<b>3</b>
<b>PALAVRAS DO COMANDANTE .....</b>	<b>4</b>
<b>77 ANOS DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA (FEB): CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA FEB E ATUAÇÃO EM TERRITÓRIO EUROPEU.....</b>	<b>5</b>
<i>Vencedor Do Concurso Literário – 1º Turno/CAS 2022</i>	
<b>EMPREGO DA TOPOGRAFIA EM OPERAÇÕES DE PAZ.....</b>	<b>11</b>
<i>Destaque do Curso de Topografia – 1º Turno/CAS 2022</i>	
<b>MUSEU A CÉU ABERTO: CARACTERÍSTICAS E IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DOS MATERIAS BÉLICOS DA ESIE.....</b>	<b>17</b>
<i>Destaque do Curso de Material Bélico – 1º Turno/CAS 2022</i>	
<b>LIDERANÇA NA INEPENDÊNCIA DO BRASIL: LIDERAR PARA LIBERTAR.....</b>	<b>25</b>
<i>Vencedor do Concurso Literário – 2º Turno/CAS 2022</i>	
<b>REFLEXOS DAS ACISO PARA A INTELIGÊNCIA NO ÂMBITO DO EXÉRCITO BRASILEIRO .....</b>	<b>32</b>
<i>Destaque do Curso de Intendência – 2º Turno/CAS 2022</i>	
<b>O AUMENTO DO EMPREGO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO) E A SEGURANÇA JURÍDICA PREVISTA NO ART. 9º, § 2º DO CÓDIGO PENAL MILITAR, INCLUÍDA PELA LEI Nº 13.491, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017 .....</b>	<b>39</b>
<i>Destaque do Curso de Material Bélico – 2º Turno/CAS 2022</i>	
<b>LIÇÕES APRENDIDAS NA OPERAÇÃO COVID-19: VIVÊNCIA DOS MILITARES NO ÂMBITO DA SAÚDE.....</b>	<b>45</b>
<i>Destaque do Curso de Saúde – 3º Turno/CAS 2022</i>	
<b>O ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO AO PERITO CRIMINAL MILITAR COMO FORMA DE MANTER A SUA OPERACIONALIDADE.....</b>	<b>50</b>
<i>Trabalho aprovado com louvor – Curso de Perícia e Investigação Criminal /2022</i>	
<b>A IMPORTÂNCIA DA CONSTANTE ATUALIZAÇÃO NA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PERÍCIA .....</b>	<b>67</b>
<i>Trabalho aprovado com louvor – Curso de Perícia e Investigação Criminal /2022</i>	



## EDITORIAL

Prezados leitores,

Como pioneira, no âmbito do Exército Brasileiro, a formar e aperfeiçoar oficiais e praças especialistas para compor a Força Expedicionária Brasileira (FEB), a Escola de Instrução Especializada (EsIE) entrega, com muito orgulho, sua primeira Revista de cunho científico.

Em 1999, há 22 anos atrás, nascia a revista "O Real'engo", com o propósito de difundir as atividades desenvolvidas pelo corpo docente e discente da EsIE, especialmente aquelas de caráter cultural. Dessa forma, retomando as tradições deste Estabelecimento de Ensino, ao tempo em que principia uma nova fase de difusão do conhecimento científico, a Escola realiza o relançamento da revista O Real'engo, trazendo, com satisfação, uma pequena parcela da produção científica elaborada pelos sargentos durante o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), realizado em três turnos ao longo deste ano de instrução, assim como pelos alunos que concluíram com aproveitamento o Curso de Perícia e Investigação Criminal para Oficiais (CPICM).

A presente edição traz temas diversos, produzidos em formato de artigo de opinião, pelas turmas do CAS, e de artigo científico, pelos alunos do CPICM. Alguns desses artigos de opinião participaram dos Concursos Literários, tais como os 77 anos da Força Expedicionária Brasileira e a Liderança no Bicentenário da Independência do Brasil.

Outros artigos de opinião, selecionados por critérios de relevância e destaque, tratam de temas como: o histórico dos Materiais Bélicos da nossa Escola, a atividade de Inteligência, a segurança jurídica em operações de GLO, e o Emprego da Topografia e da Saúde em Operações.

Encerrando a revista, tem-se a exposição de dois trabalhos do CPICM, que abordaram o acompanhamento psicológico ao perito criminal e a aquisição de materiais de perícia.

Hoje a Revista O Real'engo – Revista Científica da EsIE - renasce sob novos olhares e com novos propósitos, voltados a atender a atual demanda de modernização e inovação do ensino, estimulando o desenvolvimento da pesquisa científica e do senso crítico entre os discentes e instrutores. Dessa forma, decorridos treze anos desde sua última edição, a EsIE relança com júbilo a sua Revista, tendo a certeza de que ela bem contribuirá para a difusão do conhecimento inédito produzido por este Estabelecimento de Ensino, na guarda de nossas tradições, valores e história.

**EsIE! Berço da Especialização do Exército!**

***Capitão Renata Simões Barros Bothona***

Chefe da Pós-graduação  
 Escola de Instrução Especializada



## PALAVRAS DO COMANDANTE

Caros leitores e integrantes da EsIE,

**C**omo Comandante da Escola de Instrução Especializada (EsIE), Berço da Especialização no Exército, desejo cumprimentá-lo(a) neste final de ano letivo de 2022.

Com sucesso, abnegação, entusiasmo, coragem, exemplo e responsabilidade concluímos os diversos cursos e estágios de nosso Estabelecimento de Ensino e tivemos a oportunidade de produzir e difundir conhecimento sólido para tornar realidade este momento.

O sucesso alcançado tanto pelos discentes quanto pelos docentes, e todos os eternos integrantes desta Escola, deve ser encarado como alavanca à continuidade da nobre missão e a busca por novos objetos, que nos permitam alçar voos ainda mais altos no desempenho de nossas atribuições.

A missão foi árdua, no entanto oportunizou o êxito conquistado.

Parabéns pelas vitórias e pelo aprendizado alcançado e que Deus continue a conduzi-los ao longo de suas carreiras.



***VICENTE DE PAULO SOUZA DA SILVA SANTOS - Cel***  
Comandante da Escola de Instrução Especializada



## 77 ANOS DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA (FEB): CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA FEB E ATUAÇÃO EM TERRITÓRIO EUROPEU

VENCEDOR DO CONCURSO LITERÁRIO – 1ª TURNO/CAS 2022

2º Sgt Daniel Augusto Michels, 2º Sgt Igor José Santos Miguel da Silva, 2º Sgt Jean da Cruz Silva, 2º Sgt Jean Tavares da Silva Rondelli Sobrinho, 2º Sgt Jean Victor Dias Gallindo, 2º Sgt Jonatas de Mello Marques, ST Leonardo Albuquerque de Andrade

### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo inicial celebrar o aniversário de 77 anos da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e homenagear os militares mortos em combate durante a campanha em solo europeu. Com isso, faz-se necessário abordar o contexto histórico que levou os heróis brasileiros a atuarem em populares batalhas marcadas na História do Mundo, bem como a Batalha de Monte Castello e Tomada de Montese. As dificuldades que as Forças Armadas Brasileiras tiveram na época da campanha expedicionária, como precário poderio bélico e capacitação técnico-militar deficitária, não foram fatores suficientes que resultassem no fracasso dos destemidos combatentes da FEB. Mesmo diante das críticas, onde o mundo desacreditava do sucesso da FEB e a própria imprensa brasileira alegou que era mais fácil *“a cobra fumar”* do que o Brasil ir à guerra, os militares brasileiros venceram importantes batalhas em solo europeu, desafiando as baixas temperaturas e os territórios desconhecidos, mostrando ao mundo a força, moral e resiliência do Soldado Brasileiro. A cobra fumou.

**Palavras-chave:** Força Expedicionária Brasileira, FEB, Forças Armadas, Monte Castello, Montese.

### ABSTRACT

This article has the initial objective of celebrating the 77th anniversary of the Brazilian Expeditionary Force (FEB) and honoring the soldiers killed in combat during the campaign on European soil. Therefore, it is necessary to address the historical context that led Brazilian heroes to act in popular battles marked in World History, as well as the Battle of Monte Castello and Montese. The difficulties that the Brazilian Military Forces had at the time of the expeditionary campaign, such as precarious military power and deficient technical-military training, were not enough factors that resulted in the failure of the fearless FEB combatants. Even in the face of criticism, where the world discredited the success of the FEB and the Brazilian press itself claimed that it was easier for *“the snake to smoke”* than for Brazil to go to war, the Brazilian military won important battles on European soil, defying the low temperatures and the unknown territories, showing the world the strength, morale and resilience of the Brazilian Soldier. The snake smoked.

**Keywords:** Brazilian Expeditionary Force, Military Forces, Monte Castello, Montese.



## 1. INTRODUÇÃO

Por meio da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, ocorreu a formação de um Corpo Expedicionário, o qual fez história com sua presença nos confrontos travados no Teatro de Operações em solo italiano. Findo os conflitos em solo italiano, os combatentes retornaram ao solo brasileiro como novos heróis da Nação. Esse momento marcante na história trouxe, então, a construção dos valores e a identidade da Força Expedicionária Brasileira (FEB) (OJEDA, 2015).

A formação da FEB e seu desempenho na Guerra marcaram a história do Brasil, e ainda mais a história institucional militar, tendo em vista o pioneirismo daquele Corpo das Forças Armadas Brasileiras. Teria a FEB, no entanto, suas peculiaridades em contraponto ao corpo fixo do Exército Brasileiro. Por se tratar de uma participação limitada aos objetivos bélicos do país e seus aliados, e por sua constituição majoritária de civis, a FEB conquistou, ao longo de sua existência, a admiração não só do povo brasileiro, como também o respeito dos combatentes e das populações dos países amigos (SILVA; FOLY, 2013).

Este ano a FEB completa 77 anos da investida final a Monte Castello. O combate iniciou ao alvorecer de 21 de fevereiro de 1945, onde intensos fogos da artilharia da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, juntamente com a Força Aérea Brasileira. O combate foi intenso e violento, entretanto, os brasileiros avançavam determinados a conquistar a posição inimiga. Já passado o dia por volta das 17:30 horas, o brado de conquista "*Castello é nosso!*" reverberou entre as tropas, intensa foi a vibração pela vitória e indescritível emoção diante do sacrifício dos bravos soldados brasileiros (SILVA; FOLY, 2013).

## 2. DESENVOLVIMENTO

Em 1941, após o ataque a Pearl Harbor, o mundo - e principalmente o continente americano - percebeu que a guerra estava se expandindo pelo mundo, o que fez com que os países que estavam longes dos conflitos principais ligassem o alerta vermelho. Neste momento dos conflitos, aconteceu a entrada dos Estados Unidos da América (EUA) na Guerra e conseqüentemente a pressão do governo americano sobre o governo de Getúlio Vargas (OJEDA, 2015).

Com a pressão para que o Brasil escolhesse um lado diante das partes beligerantes da Guerra, Vargas, em um



primeiro momento, tomou a decisão, junto a outras 25 nações, que cortaria relações diplomáticas com as Potências do Eixo, metendo-se de forma inexorável a atuar com os aliados contra o Eixo (OJEDA, 2015).

Segundo Castello Branco (1960), Oswaldo Aranha, político diplomata do Governo Vargas, declarou, durante a Sessão de Encerramento da Conferência, em 28 de janeiro de 1942, no Rio de Janeiro-RJ, que o Brasil romperia relações com a Alemanha, a Itália e o Japão, sendo assim demonstrando publicamente apoio total às repúblicas dos EUA.

Logo após a ação do governo, Vargas manteve o Brasil como um país neutro ante a guerra, enquanto não estava diretamente ligado ao conflito. Essa neutralidade do Brasil durou até o momento em que o governo reconheceu que as ofensivas do eixo haviam ultrapassado os limites de seus continentes, infligindo assim o estado de neutralidade e transformando o conflito em mundial. Os ataques ocorreram após o Brasil cortar relações com os países do eixo e construir uma nova e frutífera relação diplomática com os EUA (CASTELLO BRANCO, 1960).

Após isso, o Governo Brasileiro decidiu formar uma Divisão Expedicionária para lutar em solo europeu. Esse Corpo das Forças Armadas

Brasileiras teria a função de contribuir, ao lado dos aliados, no confronto e vitória contra o segmento nazifascista da Guerra. Desde a criação da FEB até o seu batismo de fogo, transcorreram-se vinte e um meses. E nesse período foram criadas muitas ações para transformar um país com muitas dificuldades bélicas em uma nação com condições de formar uma Divisão expedicionária forte e lutar lado a lado dos países aliados, contando com o apoio de recursos estrangeiros para, assim, conseguir elevar o nível tático e poder de fogo da FEB (COSTA, 1976).

Conforme ele abordou:

Tudo nos vinha de fora: o trem, o automóvel, o navio, o avião e o trator. Produto nacional, da escassa manufatura feita aqui, era sinônimo de falta de qualidade. Não tínhamos refinaria nem siderurgia, nem grandes hidrelétricas. O Brasil continuava sendo o eterno país do futuro... A Marinha de guerra limitava-se, quase exclusivamente, aos velhos e obsoletos encouraçados "Minas" e "São Paulo", e a Aeronáutica, ainda vinculada à forças de terra e mar, mal começava a nascer... Esse era o Brasil de antes da guerra, contemplativo e pobre, pessimista e preguiçoso, inquieto e contraditório, marcado de preconceitos e complexos, às vezes visionário, quase sempre Jeca Tatu (Costa, 1976).

O Exército Brasileiro teve que





passar por grandes mudanças para conseguir se preparar para a campanha na Itália, começando por uma mudança de padrões dos franceses para os americanos. A seleção de pessoal exigia muito mais que a capacidade habitual das Forças Armadas, onde os mesmos encontravam o desafio de formar inúmeros contingentes militares para, posteriormente, terem de treinar os Soldados convocados.

O contingente nacional aumentou de 60 mil para 180 mil homens. Destes militares, 25 mil foram enviados para a Europa e escreveram a história de honra e de glória do Brasil na Segunda Guerra Mundial (CASTELLO BRANCO, 1960).

A FEB chegou na Itália em um momento de escassez de força de combate. O grande grupo de convocados brasileiros desembarcou em diferentes datas e em variáveis quantidades. Era a melhor forma de se organizar um contingente enorme de homens. A Força Expedicionária Brasileira era uma Divisão permanente na frente de combate, sem descanso e que mantinha o Brasil na batalha. A maioria dos equipamentos foi conhecido e familiarizado pelos combatentes brasileiros em solo italiano, o que dificultava ainda mais a situação do contingente brasileiro. Sendo assim, foram incorporados ao V Exército americano, que por sua vez patrocinava os

brasileiros desde a alimentação até o uniforme. O que se tinha de original era o símbolo ostentado no braço dos combatentes da FEB: o desenho de uma "cobra fumando", símbolo o qual retratava as grandes dificuldades que o Brasil encontrou ao adentrar na Guerra. Os próprios repórteres nacionais ressaltavam que era mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil entrar na guerra com êxito. Pois eles estavam enganados e a FEB mostrou ao mundo que a garra, força de vontade e honra militar era superior aos recursos bélicos (SILVA; FOLY, 2013).

A campanha da FEB na Itália foi dividida em cinco períodos. Iniciou-se, em setembro de 1944, um destacamento recebeu a ordem de atacar as tropas inimigas na conhecida batalha de Camaiole e Monte Prato. Foi considerado um momento de preparação das Forças Armadas Brasileiras. Embora com modesta importância para a história do Brasil, este marco não deve ser esquecido, pois foi um primeiro revés de descuido acerca da inexperiência dos soldados brasileiros, sendo essa conquista que desencadeou uma das maiores e mais penosas batalhas da campanha da Itália: a Batalha de Monte Castello. A maior dificuldade encontrada nessa batalha foi o rigoroso inverno italiano, bem como as adversidades de combate em áreas



elevadas, experiência pouco explorada pelos brasileiros. A batalha de Monte Castello durou por volta de quatro meses e foi o período com o maior registro de baixas durante a participação da FEB na campanha italiana (ROSTY, 2018).

Após a difícil Tomada de Monte Castello, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) prosseguiu em sua ofensiva, em um terreno muito acidentado e cheio de rochas, mas não esmoreceu em momento algum perante as dificuldades, chegando até Castelnuovo, batalha considerada de relativa segurança e grande economia de baixas. Veio a ser a mais bem concebida ação da campanha da tropa brasileira na Itália. Já se havia adquirido certa experiência após os 4 meses de Batalha em Monte Castello, o que foi crucial para a vitória. Conseguiram isolar o ponto onde se encontrava a tropa inimiga e articularam dois ataques em diferentes posições. Investiram pela frente para atrair o fogo do inimigo, enquanto tiveram ações de cima e dos lados, envolvendo assim o vilarejo, demonstrando o aprimoramento da tropa na frente de combate (ROSTY, 2018).

Após essa grande vitória da FEB, em 14 de abril de 1945, iniciou-se a maior batalha que os brasileiros participaram na II Guerra Mundial. Essa ação ofensiva teve mais de 400 baixas para o Brasil, entre

mortos e feridos. Foram dois dias de combate em ambiente urbano, onde os alemães não aguentaram a pressão ofensiva brasileira, apoiada por tropas blindadas americanas, tornando-se assim a vitória mais violenta e incisiva da FEB. Os alemães se viram obrigados a iniciarem a retirada. As tropas continuavam a avançar por território italiano com êxito, assim finalizando a ação brasileira, em abril de 1945, com a histórica Tomada de Montese. Em maio de 1945, último mês da II Guerra, a FEB alcançou a fronteira entre a Itália e a França. Após isso, ocorreu a rendição alemã e por consequência o fim da guerra. A campanha da FEB durou 239 dias (ROSTY, 2018).

A Força Expedicionária Brasileira perdeu 454 Soldados, mortos no combate em solo europeu, que por muitos anos jaziam no Cemitério de Pistoia, na Itália. Em outubro de 1960, as cinzas dos heróis da FEB foram enviadas ao Monumento Nacional aos Mortos da II Guerra Mundial, localizado no Aterro do Flamengo, no Estado do Rio de Janeiro (FGV, 2022).

### 3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que, de qualquer ângulo que se observe, a atuação das tropas brasileiras durante as campanhas na Segunda Guerra Mundial foram atos louváveis, de



bravura e coragem em que os heróis da pátria abdicaram de suas vidas e superaram os próprios limites físicos e psicológicos, vencendo as adversidades, defendendo os interesses da nação brasileira e contrariando todos os fatores adversos que se apresentaram naquele período.

A participação dos pracinhas da FEB neste episódio da História mundial ilustra o que é ser Soldado em sua verdadeira essência. Na ocasião, militares mal equipados, treinados sob precárias condições e desacreditados por muitos diante do cenário apresentado, não esmoreceram e trouxeram a vitória ao Brasil e às tropas aliadas. Demonstraram, por vezes, diversos valores militares doutrinários do Brasil, bem como a coragem e a abnegação.

Setenta e sete anos depois, os tempos e os costumes da sociedade modificaram-se. as forças armadas evoluíram tecnológica e taticamente, contudo, com a devida certeza, os exemplos dos honrados companheiros, que outrora tiveram a vida ceifada em nome do cumprimento do dever, com

certeza inspira a todos os militares do Brasil até os dias atuais.

## REFERÊNCIAS

CASTELLO BRANCO, M. T. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

COSTA, O. **Trinta anos depois da volta: O Brasil na II Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Força Expedicionária Brasileira (FEB)** Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/FEB>. Acesso em: 12 de abril de 2022.

OJEDA, C. M. Força Expedicionária Brasileira: Memórias de Guerra e Formação de Identidades. *In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 2015, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: ANPUH, 2015.

ROSTY, C. S. Constituição da Força Expedicionária Brasileira para a Campanha da Itália. **A Defesa Nacional**, v. 105, n. 836, p. 79-96, 2018.

SILVA, M. V. M.; FOLY, F. M. Força Expedicionária Brasileira: 70 anos. Uma análise política do Processo de Negociação, Criação e Dissolução. **Revista Brasileira de História Militar**, ano IV, n. 11, 2013.

VANDENBOS, G. R. **Dicionário de Psicologia da APA**. Porto Alegre: Artmed, 2010.



## EMPREGO DA TOPOGRAFIA EM OPERAÇÕES DE PAZ

*Destaque do Curso de Topografia – 1º turno/CAS 2022*

2º Sgt Alex Luiz dos Santos Chaves, 2º Sgt Édson Cassio Oliveira de Siqueira

2º Sgt Jorge Luiz de Araújo Fonseca Júnior, 2º Sgt Lindomar Silva de Moraes

2º Sgt Renato Ítalo Amaral da Silva, 2º Sgt Sérgio Henrique França da Silva, ST Luiz Claudio de Andrade

### RESUMO

A Topografia é um Quadro Militar que atua como braço técnico em apoio às atividades de engenharia. Em operações de paz, executa trabalhos que permitem avaliar, construir, ampliar e reparar e infraestrutura física como pontes e estradas. Exemplo mais recente desse emprego foi a missão de paz no Haiti, onde, entre os anos de 2004 e 2017 a *Brazilian Engenier Company* (BRAENGCOY), atuou em prol da mobilidade da tropa bem como em benefício à sociedade local. Durante as missões de paz, a Companhia de Engenharia conta com uma seção técnica responsável por assessorar o comando, apresentando parecer detalhado sobre toda demanda de trabalho existente e possibilitando ao escalão superior uma tomada de decisão segura.

**Palavras-chave:** Topografia, operações de paz, técnico.

### ABSTRACT

Topography is a Military Staff that acts as a technical arm in support of engineering activities. In peace operations, it carries out work that allows the evaluating, construction, expanding and repairing of physical infrastructure such as bridges and roads. The most recent example of this employment was the peacekeeping mission in Haiti, where, between 2004 and 2017 the Brazilian Engenier Company (BRAENGCOY), he worked for troop mobility as well as for the benefit of local society. During the peacekeeping missions, Engenier Company has a technical section responsible for advising the command, presenting a detailed opinion on all existing work demand and enabling the upper echelon to make a secure decision-making.

**Keywords:** Topography, peace operations, technician.



## 1. INTRODUÇÃO

A Topografia é um serviço presente no Exército Brasileiro que atua de duas formas bem definidas: trabalhos de produção cartográfica, apoiando tecnicamente a Diretoria de Serviço Geográfico, e trabalhos de agrimensura desenvolvidos pelo Departamento de Engenharia de Construção. Quando aplicada em obras, está inteiramente ligada à atividade da Engenharia.

A Doutrina Militar Terrestre encarrega a Engenharia de planejar e executar obras e serviços, compreendendo os processos, as técnicas e os procedimentos que visam satisfazer as necessidades das unidades quanto à avaliação, construção, manutenção, ampliação e reparação da infraestrutura física (vias de transporte, pontes, aeródromos, terminais de transporte e bases logísticas) necessárias na área de responsabilidade das forças operativas em campanha. Nesse contexto, a Topografia tem sido o braço técnico imprescindível nos trabalhos realizados pela engenharia, tanto no Brasil como em missões de paz.

Em 2004, o Brasil iniciou a participação na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti

(MINUSTAH) com o Contingente Brasileiro, que era constituído pelo Batalhão Brasileiro de Infantaria de Força de Paz (BRABAT – sigla em inglês) e a Companhia de Engenharia Brasileira (BRAENGCOY – sigla em inglês). Nesta missão, foi o país que contribuiu com o maior contingente de tropa. Mais de 37 mil militares brasileiros participaram da Operação de Paz nos treze anos de missão. Os maiores desafios enfrentados pela tropa brasileira foram a pacificação de Cité Soleil, no início da missão, além da atuação nos episódios do terremoto em 2010 e do Furacão Matthew, em 2016.

## 2. DESENVOLVIMENTO

No campo doutrinário, o Manual O Exército Brasileiro (EB20-MF-10.101) estabelece que a Engenharia é a arma de apoio ao combate, que atua produzindo mudanças no terreno (BRASIL, 2014a).

Segundo o Manual Doutrina Militar Terrestre (EB20-MF-10.10), a Engenharia tem como missão principal apoiar os elementos de emprego da Força Terrestre nas operações desencadeadas no amplo espectro dos conflitos, participando das funções de combate movimento e manobra, proporcionando mobilidade às armas-base e contra mobilidade ao inimigo;



proteção aos órgãos e estruturas de combate; e logística em diversas atividades (BRASIL, 2014b). Entretanto, em missões de paz, essa expertise de trabalhar com o terreno pode ser utilizada a fim de contribuir socialmente com país alvo da ação.

Sobre esse assunto, abordaremos três perspectivas:

## 2.1 Emprego do Serviço de Topografia no Haiti

Fato que nos permite analisar e reavaliar desdobramentos de missões, tendo em vista o grande acerto de obras documentados pela Companhia de Engenharia. Conforme site da BRAENCOY, os principais trabalhos realizados no Haiti são relacionados conforme quadros a seguir:

Ordem	Descrição do Serviço	Unidade	Acumulado
1	DESTRUIÇÃO DE EXPLOSIVOS	kg	3.050
2	EXTRAÇÃO DE RAMBLAIS (material pétreo)	m <sup>5</sup>	83.691
3	<b>LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS</b>	<b>un</b>	<b>106</b>
4	LIMPEZA DE VALAS	m	20.135
5	MOVIMENTO DE CONTÊINER	un	803
6	<b>PERFURAÇÃO DE POÇOS</b>	<b>un</b>	<b>64</b>
7	PRÉ-FABRICADOS	m <sup>2</sup>	2.246
8	PRODUÇÃO DE ÁGUA	m <sup>5</sup>	364.708
9	PRODUÇÃO DE PÓ DE BRITA	m <sup>5</sup>	39.150
10	PRODUÇÃO DE ASFALTO	m <sup>5</sup>	24.088
11	PRODUÇÃO DE BRITA	m <sup>5</sup>	72.774
12	<b>REGULARIZAÇÃO DE TERRENO</b>	<b>m<sup>2</sup></b>	<b>61.025</b>
13	REMOÇÃO DE ESCOMBRO ENTULHO	m <sup>5</sup>	24.262
14	<b>REPARAÇÃO DE ESTRADA</b>	<b>m<sup>2</sup></b>	<b>815.905</b>
15	REPARO DE INSTALAÇÕES	m <sup>2</sup>	7.230
16	SUPRIMENTO DE ÁGUA	m <sup>5</sup>	39.632
17	<b>TERRAPLANAGEM</b>	<b>m<sup>2</sup></b>	<b>518.222</b>
18	<b>TRABALHOS DE ASFALTO</b>	<b>m<sup>2</sup></b>	<b>349.882</b>
19	<b>TRABALHOS DE DEMOLIÇÃO</b>	<b>m<sup>2</sup></b>	<b>3.049</b>
20	STATIC POINT (pontos de bloqueio)	un	37
21	OUTROS TRABALHOS (INSPEÇÕES, RECONHECIMENTOS, REUNIÕES, TREINAMENTOS, VISITAS)	un	1066

Tabela 1 – Quadro de acervo de obras da BRAENCOY (GOVERNO BRASILEIRO, 2022).

A Topografia atuou de forma direta e indireta em parte dos processos listados acima. Toda obra de infraestrutura exige um

levantamento topográfico para determinar os detalhes e a altimetria do terreno, tornando viável a determinação de volumes de



materiais a serem utilizados e descartados para execução dos trabalhos de asfalto e de demolição, assim como, o controle do nivelamento para regularização de terrenos e execução de terraplanagem. Também é necessário em trabalhos de asfalto. O serviço de topografia é trivial para o planejamento, controle e execução das obras e serviços de engenharia.

## 2.2. Engenharia em Pronto Emprego

No período de 14 a 18 de junho de 2021, o 4º Grupamento de Engenharia (4º Gpt E) recebeu a visita de inspeção da comitiva do Comando de Operações Terrestres (COTER). O objetivo foi verificar o nível de preparação da Companhia de Engenharia de Força de Paz (Cia E F Paz) com relação à instrução e à dotação de material de emprego militar, conforme os padrões exigidos para missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU). A comitiva foi chefiada pelo Chefe de Missões de Paz e Aviação/Inspetor-Geral das Polícias Militares, General de Brigada Flávio dos Santos Lajoia Garcia. Esta iniciativa mostra o empenho do Exército Brasileiro em manter-se preparado para atuar em diferentes ocasiões, e seu adestramento ocorre diuturnamente

nas diversas frentes de trabalho sob responsabilidades dos Departamento de Engenharia de Construção (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2021).

### 2.2.1. O Ensino entre as Nações Amigas

Outra vertente cada vez mais difundida entre as Nações Amigas é a de Instrução de Topografia aplicada a obras. Com o objetivo da capacitação militar, inicialmente com militares do Senegal, o Departamento de Engenharia e Construção (DEC), em cooperação com o Centro de Instrução de Engenharia (CIEng), tem prestado estágios de Topografia aos sargentos senegaleses, visando o desenvolvimento de conceitos para uma futura atuação, por tais militares, em estradas e obras locais em seu país (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).



Figura 1 - Instrução de Topografia no Senegal (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

### 2.3 Visão de futuro sobre o emprego da Topografia em Missões de Paz

Como já mencionado, a Topografia atua de duas formas bem definidas, entretanto, os trabalhos de produção cartográfica não são utilizados com grau máximo de benefício à Força Terrestre. Os produtos cartográficos gerados pelo EB possuem vasta aplicabilidade em diversas missões. Por meio de Fotogrametria e sensoriamento remoto (mosaico de imagens, modelos digitais de terreno, entre outros), é possível realizar inúmeras análises de acordo com a necessidade das forças armadas. O uso de imagens aéreas permite o controle, observação de mudanças e projeções das possíveis alterações em determinadas áreas de interesse, haja vista a possibilidade de acompanhar as mudanças e evoluções decorrentes das ações realizadas em terra. É possível obter imagens por meio de plataformas orbitais ou aeronaves remotamente pilotadas que são capazes de proporcionar ao escalão superior subsídios indispensáveis para a obtenção do êxito das missões.

## 3. CONCLUSÃO

Na busca pela excelência do apoio, necessário a toda e qualquer

demanda que a Nação precise, a Topografia do Exército Brasileiro tem prestado seus esforços com o intuito de elevar a capacidade de informação sobre o terreno, como também na construção e ampliação do conhecimento de nosso território, mas também na reconstrução e suporte às Nações que têm necessidade de apoio, diante de conflitos e guerras que causam a destruição de suas infraestruturas, necessitam dos nossos esforços e conhecimento para se reerguerem.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **O Exército Brasileiro**. Manual EB20-MF-10.101. 1ª ed. 2014a.

\_\_\_\_\_. Estado-Maior do Exército. **Doutrina Militar Terrestre**. Manual de Fundamentos. EB20-MF-10.102. 1ª ed. 2014b.

EXÉRCITO BRASILEIRO. 15ª Bda Inf Mec. **Inspeção verifica preparação de tropas do Exército que serão certificadas pela ONU**. Cascavel, 2021. Disponível em: [https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset\\_publisher/znUQcGfQ6N3x/content/id/13612476](https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/znUQcGfQ6N3x/content/id/13612476). Acesso em: 01 de abril de 2022.

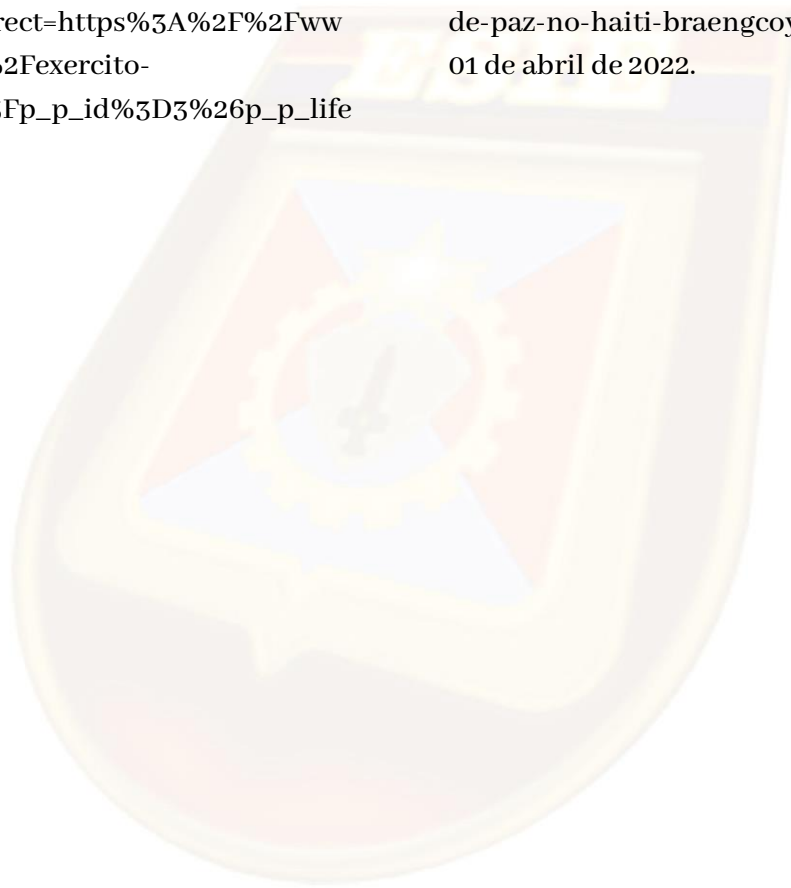




EXÉRCITO BRASILEIRO. **Estágio de topografia para Exército senegalês.** Senegal, 2018. Disponível em: [https://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p\\_p\\_id=101&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode=view&\\_101\\_struts\\_action=%2Fasset\\_publisher%2Fview\\_content&\\_101\\_returnToFullPageURL=%2F&\\_101\\_assetEntryId=9248805&\\_101\\_type=content&\\_101\\_groupId=8357041&\\_101\\_urlTitle=estagio-de-topografia-para-exercito-senegal-1&\\_101\\_redirect=https%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fexercito-brasileiro%3Fp\\_p\\_id%3D%26p\\_p\\_lifecy](https://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=%2F&_101_assetEntryId=9248805&_101_type=content&_101_groupId=8357041&_101_urlTitle=estagio-de-topografia-para-exercito-senegal-1&_101_redirect=https%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fexercito-brasileiro%3Fp_p_id%3D%26p_p_lifecy)

[cycle%3D0%26p\\_p\\_state%3Dmaximized%26p\\_p\\_mode%3Dview%26\\_3\\_redirect%3D%252F%26\\_3\\_keywords%3Dtopografia%26\\_3\\_groupId%3D0%26\\_3\\_struts\\_action%3D%252Fsearch%252Fsearch&inheritRedirect=true](https://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=%2F&_101_assetEntryId=9248805&_101_type=content&_101_groupId=8357041&_101_urlTitle=estagio-de-topografia-para-exercito-senegal-1&_101_redirect=https%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fexercito-brasileiro%3Fp_p_id%3D%26p_p_lifecy). Acesso em: 01 de abril de 2022.

GOVERNO BRASILEIRO. Exército Brasileiro. **Missão de Paz no Haiti – BRAENGOY.** 2017. Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/missao-de-paz-no-haiti-braengcoy>. Acesso em: 01 de abril de 2022.



# MUSEU A CÉU ABERTO: CARACTERÍSTICAS E IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DOS MATERIAS BÉLICOS DA ESIE

*Destaque do Curso de Material Bélico – 1º turno/CAS 2022*

2º Sgt Henrique Goulart Constant, 2º Sgt Felipe Martins Nunes de Souza,  
 2º Sgt Jônatas Rodrigues Nascimento da Silva, 2º Sgt Raffaele Santos Padovani Brambati, 2º Sgt Leandro Felix de Lima, 2º Sgt Renato Reis de Assis Vieira, ST Leonardo Albuquerque de Andrade

## RESUMO

Um museu a céu aberto ou memorial de guerra atua como um ponto de engajamento para a população em geral com os eventos que moldaram tanto nossas vidas, a EsIE mantém viva a memória de sua importante participação na especialização da Força Expedicionária Brasileira, e da atuação das Armas do Exército na Segunda Guerra Mundial, homenageando os feitos por eles protagonizados, através da exposição de materiais bélicos que atuaram na guerra, ou que estiveram em serviço no Exército Brasileiro durante muitos anos. O acervo encontra-se exposto na Praça das Armas da EsIE, para que a memória da luta pela liberdade seja eternizada assim como o valor do adestramento e desenvolvimento do Ensino Militar desempenhado pela Escola.

**Palavras-chave:** Museu a céu aberto, memória, materiais bélicos.

## ABSTRACT

An open-air museum or war memorial acts as a point of engagement for the general population with the events that have shaped our lives so much, EsIE keeps alive the memory of its important participation in the specialization of the Brazilian Expeditionary Force, and the performance of the Army Weapons in World War II, honoring the deeds carried out by them, through the exhibition of war materials that worked in the war, or that were in service in the Brazilian Army for many years. The collection is exposed in the Praça das Armas of the EsIE, so that the memory of the struggle for freedom is immortalized as well as the value of training and development of Military Education performed by the School.

**Keywords:** Open air museum, memory, war materials.



## 1. INTRODUÇÃO

O Exército Brasileiro vem demonstrando interesse em se atualizar e se adequar aos novos tempos, buscando modernizar seu arsenal militar seja com material bélico advindo do exterior ou do próprio desenvolvimento bélico nacional, para bem defender a soberania nacional, se essa for ameaçada.

Antes da Segunda Guerra Mundial, o Brasil não se envolvia em nenhum conflito desde a Guerra da Tríplice Aliança, ficando muito defasado no setor bélico. Porém com a entrada do Brasil na guerra, os rumos mudaram e o Exército Brasileiro foi pelo treinado e reequipado pelo Exército dos Estados Unidos da América (EUA). Oficiais foram enviados aos EUA para familiarizá-los com a doutrina militar norte-americana, substituindo a doutrina militar francesa que já se encontrava ultrapassada.

Acompanhando os avanços tecnológicos advindos do exterior, as novas doutrinas e o novo material bélico recebido dos EUA, o Exército Brasileiro precisava instruir seus homens e os capacitar para desempenhar as diversas funções relacionadas com o novo desafio que surgia no horizonte. Diante

desse cenário, surge, em 21 de agosto de 1945, a Escola de Instrução Especializada (ESIE), oriunda do então Centro de Instrução Especializada (CIE), com intuito de desenvolver uma cultura de especialização dentro do Exército Brasileiro, que se mostrava, como dito alhures, bem ultrapassada.

Assim, visando alcançar seu desiderato, a EsIE mantém funcionando diversos cursos de especialização para manter o efetivo do exército bem adequado às necessidades atuais dos conflitos globais, com especial importância para o curso de Defesa, Química, Biológica, Radiológica e Nuclear. Mas sem esquecer de sua importância em um passado não muito distante, em 1990, o então comandante da EsIE, Coronel Cid, inaugurou a Praça das Armas, para homenagear as Armas do Exército Brasileiro e sua importância na participação na Segunda Guerra Mundial, o maior conflito que o mundo já viu.

## 2. DESENVOLVIMENTO

Os museus a céu aberto ou memoriais de guerra são erguidos para comemorar aqueles que morreram em uma guerra, para registrar uma vitória ou uma batalha particular. A grande variedade de tipos de memoriais de



guerra encontrados em todo o mundo é uma prova de sua importância em refletir os sentimentos das diferentes comunidades e organizações que os ergueram.

Em 30 de junho de 1943, com a necessidade de formar especialistas para bem compor a Força Expedicionária Brasileira, foi criado o CIE. Foram treinados mais de 18000 homens dos 25000 componentes da FEB, para irem à guerra colocar seus conhecimentos em prática. Após o fim da guerra e com a vitória dos aliados, o CIE deu lugar a EsIE, por meio do Decreto-Lei No 788 de 21 de agosto de 1945, com a missão de aperfeiçoar e especializar os quadros formados de oficiais e sargentos.

Ao término da guerra, o Exército Brasileiro sofreu grandes alterações, principalmente na área de logística militar e operações logísticas. A EsIE confirmou a importância de sua criação e participação na formação de efetivo militar especializado para a Segunda Grande Guerra, e no imaginário do Coronel Cid, a EsIE homenageia a participação do Exército Brasileiro, através de sua Praça das Armas, dando destaque para os materiais bélicos empregados durante o conflito. A seguir, são apresentados os itens que compõem

o acervo histórico de materiais bélicos da EsIE, e uma breve história de seu desempenho e características:

**1) Blindado de Reconhecimento M8 GREYHOUND**, utilizado pela FEB na campanha da Itália.



**Figura 1** - Blindado de Reconhecimento M8 GREYHOUND (Fonte: imagem do autor).

Carro blindado de reconhecimento sobre rodas M-8 Greyhound. Este carro possui tração nas seis rodas e uma torre com teto aberto, com canhão de 37 mm. Os M-8 foram muito empregados em todas as frentes de combate, inclusive pelo Esquadrão de Reconhecimento da FEB, comandado pelo então capitão Plínio Pitaluga,

Esses M8 voltaram da Itália para o Brasil e muitos outros foram adquiridos depois do fim da guerra. Características: Motorização: Hercules JXD a gasolina com 6 cilindros e 110hp; Autonomia: 566 Km; Velocidade: 90 Km/h; Armamento: Canhão 37mm, 01 metralhadoras .30 e 01 metralhadora .50.



**2) Carro de Combate M41 WALKER BULLDOG**, utilizado nos regimentos de Carros de Combate.



**Figura 2** - Carro de Combate M41 WALKER BULLDOG (Fonte: imagem do autor).

Em 1960, os M41 chegaram ao Brasil, que utilizava os carros de combate M3 Stuart e M3 Lee, considerados obsoletos durante a II GM, e os M4 Sherman. Mais de 300 unidades do M41 e do M41A3 foram recebidas pelo Brasil, o que tornou o M41 no principal carro de combate do Brasil.

Uma parceria entre o Centro Tecnológico do Exército (CTEx) e a empresa Bernardini visava modernizar o M41, com a troca do canhão de 76mm para 90mm e do motor a gasolina para motor a diesel sendo as principais modificações. A nova versão foi denominada M41 Caxias. Com a experiência adquirida na modernização dos M41, a Bernardini desenvolveu um Carro de Combate denominado Tamoyo.

Características: Motorização: Continental a Gasolina AOS 895-3 com 500hp; Autonomia: 161 Km; Velocidade:

45 Km/h; Armamento: Canhão de 76mm (90mm), 01 Mtr .30 e 01 Mtr .50.

**3) VBE SHERMAN M4A1** - viatura blindada de engenharia utilizada na seção de engenharia da EsIE.



**Figura 3** - VBE SHERMAN M4A1 (Fonte: imagem do autor).

Durante década de 80, o Exército Brasileiro estava estudando uma possível modernização ou conversão de carros de combate M4 Sherman, com destaque para o desenvolvimento de uma Viatura Blindada Especial de Engenharia.

Em 1982, foi formada uma parceria entre o CTEx e a empresa Moto Peças S/A, a partir do chassi do modelo original M4A1, foi desenvolvida a M4 Viatura Blindada Especial de Engenharia.

Características: Motorização: Scania DSI-11 Ex1 com 394cv; Autonomia: 600 Km; Velocidade: 48 Km/h; Armamento: 01 metralhadora .50 e 04 lançadores de granadas fumígenas.

4) **Canhão PAK 38 50mm** - utilizado pelo exército alemão durante a segunda guerra mundial.



Figura 4 - Canhão PAK 38 50mm (Fonte: imagem do autor).

Este foi o primeiro canhão antitanque a sair da categoria de canhão leve, precisava de sete homens e uma viatura para reboque. Foi muito utilizado na campanha da França, provou ser capaz de fazer frente a qualquer blindado aliado em operação na época. Continuou em operação até o fim da guerra, enfrentava bem os blindados leves assim como incomodava bastante os mais pesados também. Podia ser rebocado, usado em reparos e até chegou a ser montado a bordo de aviões "caça-tanques" no front oriental. Dois desses canhões foram capturados pela FEB, a Força Expedicionária Brasileira.

Características: País de Origem: Alemanha; Calibre: 50 mm; Peso em Ordem de Combate: 986 Kg; Tipo de Projétil: perfurante de blindagem de alta velocidade 850g; perfurante de

blindagem de alto-explosivo 2,25 kg; Alcance Máximo Efetivo: 2500 m.

5) **Canhão M1 90mm** - armamento antiaéreo utilizado na segunda guerra mundial.



Figura 5 - Canhão M1 90mm (Fonte: imagem do autor).

O canhão M3 de 76mm estava ficando obsoleto, sendo solicitado um canhão mais pesado, então o canhão 90mm foi desenvolvido para atender a demanda. O canhão e o reparo cruciforme foram homologados como M1.

Seu sistema de ângulo de tiro por controle remoto foi considerado ruim, sendo em geral removido pelos acidentes que causava. O Brasil recebeu uma quantidade desses canhões na sua variante A3 na década de 1950, mas logo saíram de serviço.

Características: País de Origem: Estados Unidos; Calibre: 90mm; Peso em Ordem de Combate: 8618 kg; Tipo e Peso do Projétil: alto explosivo; 10,61 kg; Teto de Eficácia: 10300 m.



**6) Canhão KRUPP – 75mm modelo C/28 M905**, utilizado pela artilharia antes da segunda guerra mundial.



**Figura 6** - Canhão KRUPP – 75mm (Fonte: imagem do autor).

O modelo 1903 fabricado pela empresa alemã Krupp, era um modelo básico que podia ser modificado de acordo com as necessidades dos compradores. Este canhão serviu de base aos 144 canhões Krupp do Exército Brasileiro, modelos 1905 e 1908. Não foram empregados pela FEB, sendo utilizados na defesa do território nacional.

Características: País de Origem: Alemanha; Calibre: 75mm; Peso em Ordem de Combate: 1070 kg; Tipo e Peso do Projétil: shrapnel; 6547 kg; Alcance Máximo: 8000 m.

**7) Canhão KRUPP 240mm, modelo KL/35**, armamento de artilharia de costa.



**Figura 7** - Canhão KRUPP 240mm (Fonte: imagem do autor).

O 240 mm K L/35 foi um canhão alemão desenvolvido antes da Primeira Guerra Mundial. Os canhões foram modificados para desempenhar funções de Artilharia de Costa e Artilharia Ferroviária e foram utilizados em ambas as guerras mundiais.

Características: País de Origem: Alemanha; Calibre: 240 mm; Peso: 21500 kg; Tipo do Projétil: Carregamento separado de cargas e projeteis ensacados, 140 a 215kg; Alcance Máximo: 13 Km.

**8) Canhão M3 37 mm**, canhão anticarro leve.



**Figura 8** - Canhão M3 37 mm (Fonte: imagem do autor).

O Exército Americano precisou inovar seu armamento anticarro, pois a sua metralhadora Browning de 12,7mm já não estava dando conta de perfurar as novas blindagens mais espessas que surgiam na década de 1930. Ele não foi tão útil na Europa Ocidental, mas no teatro do Pacífico era eficaz contra quase todos os blindados japoneses. O Brasil usou dezenas dessas peças, de 1942 até a década de 1980.

Características: País de Origem: Estados Unidos; Calibre: 37 mm; Peso em Ordem de Combate: 413,7 kg; Tipo de Projétil: perforante de blindagem/de alto explosivo; 870g; Alcance Máximo Efetivo: 457 m.

Fora os materiais destacados anteriormente, o acervo histórico da praça das armas conta também com materiais originais da EsIE, como o Espargidor de Agente Químico M3, de uso individual, o Gerador de Fumaça BESLER e o Gerador de Fumaça M3A3, utilizados em instruções de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN) durante muitos anos, especializando militares do Exército Brasileiro.

### 3. CONCLUSÃO

Os museus de guerra, ou memoriais, são importantes porque atuam como marcos históricos. Eles ligam o passado ao presente e permitem que as pessoas se lembrem e respeitem o sacrifício daqueles que morreram, lutaram, participaram ou foram afetados por conflitos.

Os museus podem ser utilizados como importante ferramenta de informação para os jovens compreenderem os sacrifícios feitos pelas gerações passadas. Isso, por sua vez, garantirá que os memoriais sejam cuidados no futuro.

A Praça das Armas representa um ponto focal para a lembrança individual e coletiva, particularmente em ocasiões como eventos de aniversário. Uma justa homenagem às Armas que compõem o Exército Brasileiro, e participaram da Segunda Guerra Mundial, a qual a EsIE tomou ativa participação na preparação e especialização de mais de 18.000 militares para compor a FEB. Os sacrifícios feitos por tantos pela liberdade precisam ser lembrados e os memoriais de guerra desempenham um papel vital para garantir que isso continue.





## REFERÊNCIAS

COLEÇÃO ARMAS DE GUERRA. **Artilharia - 1850-1945**. vol 13. 1. ed. Curitiba: Abril, 2010.

DAROZ, C. **História Militar**. Disponível em: <http://darozhistoriamilitar.blogspot.com>. Acesso em: 03 de abril de 2022.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Museu Blindado**. Disponível em: <http://www.cibld.eb.mil.br/index.php/museu-blindado#vbe-eng-m4-30t-la>. Acesso em: 03 de abril de 2022.

GANDER, T; CHAMBERLAIN, P. **Weapons of the Third Reich: An Encyclopedic Survey of All Small Arms, Artillery and Special Weapons of the German Land Forces 1939–1945**. New York: Doubleday, 1979.

HOGG, I. V. **German Artillery of World War Two**. Mechanicsville: Stackpole, 1997.

REDETEC. Rede de Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro. **M-41C**. Disponível em: <http://www.redetec.org.br/inventabrasil/caxias.htm>. Acesso em: 03 de abril de 2022.

MARRIOTT, L.; FORTY, S. **Heavyweights: The Military Use of Massive Weapons**. 1. ed. Chartwell, 2017.

USA ARMY. United States War Department. **90-MM Gun M3 Mounted in Combat Vehicles**. Technical Manual. TM 9-374, p. 90–91, 1944.

ZALOGA, S. J. **US Anti-tank Artillery 1941–45**. Houston: Osprey. 1. ed. 2012.



## LIDERANÇA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: LIDERAR PARA LIBERTAR

*Vencedor do Concurso Literário – 2º turno/CAS 2022*

2º Sgt Paulo Ricardo Farinha Rodrigues, 2º Sgt Rafael Araújo Jara, 2º Sgt Rafael de Moraes Dottes, 2º Sgt Renan Alves da Fonseca, 2º Sgt Rodrigo Veiga Sagaz, 2º Sgt Samuel Alves de Sousa, 1º Sgt Marcelo Gomes Pinto

### RESUMO

O tema que será apresentado neste artigo é a importância da liderança no processo de Independência do Brasil. O presente estudo teve por objetivo analisar todo o contexto histórico e o processo de independência do Brasil, destacando os eventos e pessoas que desempenharam funções de liderança. A metodologia utilizada foi baseada em uma pesquisa bibliográfica exploratória realizada em livros, artigos científicos, sites e manuais. O resultado obtido nesse artigo foi a aprendizagem sobre o tema, mostrando que a liderança foi um elemento importante neste episódio histórico, e como também, é importante para o desempenho das mais diversas atividades dentro do Exército Brasileiro e demais instituições.

**Palavras-chave:** Independência do Brasil, liderança, líderes históricos.

### ABSTRACT

The theme that will be presented in this article is the importance of leadership in the process of Independence of Brazil. The present study aimed to analyze the entire historical context and the process of independence in Brazil, highlighting the events and people who played leadership roles. The methodology used was based on an exploratory bibliographic research carried out in books, scientific articles, websites and manuals. The result obtained in this article was learning about the subject, showing that leadership was an important element in this historical episode, and how it is also important for the performance of the most

**Keywords:** Independence of Brazil, leadership, historical leaders.



## 1. INTRODUÇÃO

Liderança, conforme a definição de James C. Hunter, autor na obra *O Monge e o Executivo*, é a habilidade de influenciar pessoas para trabalharem entusiasticamente visando atingir objetivos comuns, inspirando confiança por meio da força do caráter (HUNTER, 2004).

Portanto, liderar é a arte de influenciar e guiar as pessoas para atingir um mesmo objetivo, de tal forma que estas contribuam com o cumprimento da missão, empregando corpo, mente e coração. Liderar é motivar a todos que estão ao redor a trabalhar, de forma imbuída e motivada, com o intuito de sanar uma necessidade coletiva.

Desta forma, é oportuno destacar a importância que este fundamento teve no transcorrer deste episódio ímpar da história da nossa nação. Foi se utilizando deste atributo que Dom Pedro I, em meio aos mais diversos interesses dos grupos políticos daquele período, conseguiu viabilizar o histórico grito de independência.

## 2. DESENVOLVIMENTO

Hodiernamente o Brasil é estruturado em bases democráticas de

um Estado de Direito, oriundas de sua complexa vertente histórica. Neste intento, a independência face a Portugal em meados de 1822, foi um marco preponderante para o nascimento do sentimento de civismo e pertencimento a uma nação livre e solidária.

Destarte, faz-se necessário ressaltar as lideranças que proporcionaram um ambiente favorável e sólido para o processo de independência, sem as quais hoje seríamos ainda uma simples colônia portuguesa.

### 1.1 D. PEDRO I

Indubitavelmente, D. Pedro I é o personagem mais lembrado e aclamado nesse recorte histórico. A atmosfera social instituía um âmago separatista em resposta às medidas impopulares tomadas pela Corte Portuguesa, as quais possuíam a finalidade de estreitar os laços colonialistas. Entre as exigências portuguesas, destacava-se a solicitação do retorno de D. Pedro I a Portugal, uma vez que toda a família real se encontrava situada na Metrópole.

Isto posto, os brasileiros, reconhecedores da importância de D. Pedro I para a projeção futura da nação, o entregaram um documento com 8 mil assinaturas, solicitando sua



permanência no Brasil. Assim, em 9 de janeiro de 1822, D. Pedro I decidiu, conectado ao prestígio pessoal aceito pelos dirigidos, ficar, episódio historicamente conhecido como "Dia do Fico".

As pressões da Metrópole continuaram, sendo que em 07 de setembro de 1822, após ser informado por José Bonifácio e Maria Leopoldina acerca da possível investida militar de Portugal sobre sua Colônia, Brasil, com a finalidade de retomar o controle absoluto, D. Pedro I, evidenciando em mais uma oportunidade sua brilhante propensão a liderar, bradou a celebre frase: "independência ou morte", cravejando para sempre nos anais da história sua liderança inquestionável e absoluta na condução da nação para a libertação frente à Coroa Portuguesa.



**Figura 1** - Retrato de D. Pedro I, Imperador do Brasil (Fonte: Wikimedia Commons).

D. Pedro I foi um líder irrefutável, mostrando nas condições mais adversas

e complexas um instinto natural de ascendência. Mesmo quando o caminho mais acessível era a desistência e, por conseguinte, a entrega da nação aos desejos portugueses, D. Pedro I resistiu, consubstanciando sua decisão em valores como patriotismo, civismo, idealismo e espírito de corpo, todos prelecionados em manuais de liderança como aspectos essenciais de um grande líder. Neste intento, subjugou a própria família real para prover os berços da sociedade genuinamente brasileira.

Por efeito dessa liderança supracitada, D. Pedro I foi um personagem cerne da Independência do Brasil, sacrificando seus próprios interesses pessoais para conduzir o Brasil a sua tão estimada liberdade, e para que hoje possamos entoar:

“Brava Gente Brasileira/Longe vá, temor servil;

Ou ficar a Pátria livre/Ou morrer pelo Brasil.

Ou ficar a Pátria livre/Ou morrer pelo Brasil.”

Hino à Independência.

## 1.2 MARIA QUITÉRIA

Maria Quitéria de Jesus, patrona do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro, foi a primeira



mulher a fazer parte das fileiras do Exército Brasileiro. Tendo em vista seus feitos e sua distinta coragem, foi considerada a heroína da

Independência. A título de exemplo de seus feitos, ressalta-se a forma que se deu a sua entrada nas Forças Armadas, pois foi necessário fingir-se de homem para poder fazê-la, tendo em vista não ser aceito mulheres nas fileiras do exército à época.



**Figura 2** - Maria Quitéria, em obra pintada por Domenico Failutti, 1920 (Fonte: [www.infoescola.com](http://www.infoescola.com)).

Dissemelhante das demais moças de sua época, Maria Quitéria era experiente na caça e na pesca e manejava bem armas. Ela contrariava os padrões da sociedade. Decidida a lutar pela Independência, com a ajuda de sua irmã, Tereza Maria, e seu cunhado, José Cordeiro de Medeiros, ela apresentou-se como homem ao Exército, com cabelos cortados e trajando o uniforme que havia pegado emprestado do cunhado. Sob a alcunha de Soldado

Medeiros, Quitéria incorporou-se ao batalhão "Voluntários do Príncipe Dom Pedro".

A manobra de Maria Quitéria foi descoberta quando seu pai foi à sua procura no batalhão, e contou que ela era uma mulher, no entanto o Major Silva e Castro não permitiu que ela fosse desligada do Exército, tendo em vista que a mesma já era reconhecida por seus esforços, disciplina e facilidade com as armas.

Após ter sido descoberta, Maria Quitéria adotou seu nome verdadeiro e trocou o uniforme masculino por saias e adereços. Muitas outras mulheres passaram a juntar-se às tropas, seguindo o exemplo de Quitéria, e formaram assim um grupo que passou a ser comandado por Quitéria.

Quitéria participou de vários combates, como a defesa da Ilha da Maré, da Barra do Paraguaçu, de Itapuã e da Pituba. Mais uma vez, combatendo as tropas portuguesas que permaneceram no Brasil, Maria Quitéria destacou-se ao guerrear com as mulheres de seu grupo na foz do rio Paraguaçu, na Bahia.

Com a derrocada das tropas portuguesas, em julho de 1823, Maria Quitéria foi promovida a cadete e reconhecida como heroína da Independência. Em reconhecimento, ela



recebeu o título de "Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro" de D. Pedro I.

Analisando sua história, à luz dos conhecimentos de liderança militar, ressalta-se suas consagradas competências afetivas pessoais, agindo com coragem e dedicação ímpar, Maria Quitéria rompeu com os costumes da época em prol da nação, carregando assim, pelo exemplo, outras tantas mais a desbravar "terras" desconhecidas pelas mulheres.

### 1.3 JOSÉ BONIFÁCIO

Após ser nomeado Ministro do Reino e dos Estrangeiros, José Bonifácio definiu algumas medidas para a sua política: declarar que as ordens das Cortes de Lisboa só seriam aceitas se acatadas por Dom Pedro e o de estreitar os laços com as províncias do interior do Brasil.

A maior preocupação de Bonifácio era a união do território brasileiro. Ele temia que acontecesse como na Região dominada pelos Espanhóis na América do Sul, que foi a separação em pequenas repúblicas. A monarquia seria a única saída para união da República Brasileira. Bonifácio orientou Dom Pedro para viajar nas províncias de Minas Gerais e São Paulo

para fortalecer e garantir a coesão desse projeto.

Ele também orientou que fosse criado uma junta de representantes ou procuradores de cada província no Rio de Janeiro. Essas atitudes e decisões foram decisivas para o início do processo de independência.

### 1.4 MARIA LEOPOLDINA

Maria Leopoldina foi uma arquiduquesa, nascida na Áustria em 22 de janeiro de 1797 e foi conhecida por ter sido a primeira imperatriz do Brasil. Foi criada em uma das mais tradicionais famílias reais da Europa, foi casada com D. Pedro e foi marcada por ser uma das grandes influências para a declaração da independência do Brasil.

O seu casamento não foi fácil, tendo uma relação infeliz. D. Pedro foi-lhe muito infiel traindo-a diversas vezes e chegou a trazer concubinas para o conviver com Leopoldina. Deu à luz sete filhos e faleceu jovem após um aborto espontâneo.





**Figura 3** - Retrato de Maria Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo (Fonte: Wikimedia Commons).

Com tudo isso, Leopoldina cumpriu um importante papel na independência do Brasil, agindo diretamente para convencer D. Pedro a continuar o caminho da ruptura com Portugal. Os historiadores destacam que Leopoldina teve uma excelente leitura política percebendo o clima político e que poderia conduzir o país a transformar-se em uma república.

Leopoldina entendeu que a única forma de manter o Brasil monárquico era fazendo com que D. Pedro ficasse no país para liderar a instalação de uma monarquia dos Bragança. Leopoldina estava certa que podia negociar a libertação do Brasil da tutela portuguesa em troca de uma monarquia constitucional apoiada pelos patriotas brasileiros.

Nessa época, ela ainda tinha uma grande influência com o imperador e

usou essa influência para conseguir firmeza em suas decisões. D. Pedro, que era muito indeciso e tomava atitudes com muita hesitação, e, nesse sentido, Leopoldina atuou muito convencendo-o de que ele deveria voltar-se contra Portugal.

Leopoldina foi muito feliz em suas ações e D. Pedro resolveu ficar no Brasil e conduzir a independência. O país, como ela desejava, converteu-se em uma monarquia. Por fim, não podemos esquecer que ela foi responsável por presidir uma reunião de emergência que definiu a nossa independência — a carta enviada após essa reunião fez com que D. Pedro, em 7 de setembro de 1822, declarasse a Independência do Brasil.

### 3. CONCLUSÃO

O presente artigo apresentou os feitos de liderança na trajetória de algumas das principais figuras presentes no processo de Independência do Brasil. Verificou-se o desenvolvimento de importantes atributos da liderança nestes personagens.

Destaca-se, neste artigo, os principais atributos e competências que um líder deve apresentar. Entretanto, essa liderança nem sempre é atingida



facilmente, nesse processo o líder demonstra esses atributos de acordo com as oportunidades e com seu caráter. Dentre os diversos atributos, destacou-se a negociação, visão estratégica, inteligência emocional, além dos valores morais e éticos.

A liderança possui uma essência única, substanciada nesses valores e princípios, em todos os níveis de comando. Por exemplo, a coragem, a responsabilidade e o comprometimento com seu país, tal qual a dedicação desses personagens formam líderes íntegros e da grandeza deste fato histórico.

Enfim, conclui-se que a liderança foi, de fato, imprescindível para a emancipação e rompimento das amarras com o império português, libertando o país para a sua Independência.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Exército Brasileiro. Portaria nº 102-EME, de 24 de agosto de 2011. Manual de Campanha. **Liderança Militar (C 20-10)**. 2 ed. Brasília, DF, 2011.

BRASIL PARALELO. Entretenimento e Educação. **Rafael Nogueira conta a incrível história de José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência**. Disponível em:

<https://www.brasilparalelo.com.br/entrevistas/jose-bonifacio>. Acesso em: 3 ago. 2022.

CAMPOS, L. V. **Maria Quitéria**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/maria-quiteria.htm>. Acesso em 04 de agosto de 2022.

HUNTER, J. C. **O Monge e o Executivo: uma história sobre a essência da liderança**. Sextante: Rio de Janeiro. 2004.

SIKORA, C. A.; GUIDI, J. A. Brasil Império: processo de independência do Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, 7(9), 585–593, 2021.

SILVA, D. N. **Independência do Brasil**. Mundo Educação. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/independencia-brasil1822.htm>. Acesso em: 3 ago. 2022.

SILVA, D. N. **Maria Leopoldina**. História do Mundo. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/maria-leopoldina.htm>. Acesso em: 3 ago. 2022.





## REFLEXOS DAS ACISO PARA A INTELIGÊNCIA NO ÂMBITO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

*Destaque do Curso de Intendência – 2º turno/CAS 2022*

2º Sgt Andrio Albiere Porto, 2º Sgt Diekson Pinto Andrade, 2º Sgt Dimitri Aita  
2º Sgt Erick Ferreira Santana, 2º Sgt Leonardo Vinicius Soares Mangafas,  
2º Sgt Maximillian Nascimento da Costa, 1º Sgt Marcelo Gomes Pinto

### RESUMO

Baseando-se no tema “A importância das ações cívico-sociais (ACISO) como fonte de obtenção de dados de inteligência”, o presente artigo de opinião tem como objetivo identificar, demonstrar e comparar as oportunidades para a obtenção de dados de inteligência das ACISO na última década. Caracteriza-se, ainda, a relevância da execução dessas atividades subsidiárias exercidas pelo Exército Brasileiro, integrando a tarefa de obtenção de dados ao mesmo tempo que presta assistência às comunidades alvos em prol do desenvolvimento do Brasil. Destarte, existe a preocupação com a coleta de informações, tanto por meio das atividades específicas de inteligência, quanto por meio da população local. Portanto, o contato com civis pode fornecer informações mais aprofundadas do que informações coletadas pelos canais de inteligência.

**Palavras-chave:** Ação cívico-social, ação subsidiária, inteligência.

### ABSTRACT

Based on the theme “The importance of civic-social actions (ACISO) as a source of intelligence data”, this opinion article aims to identify, demonstrate and compare the opportunities for obtaining intelligence data from ACISO in the last decade. It is also characterized the relevance of the execution of these subsidiary activities carried out by the Brazilian Army, integrating the task of obtaining data while providing assistance to the target communities in favor of the development of Brazil. Thus, there is concern with the collection of information, both through specific intelligence activities and through the local population. Therefore, contact with civilians can provide more in-depth information than information collected by intelligence channels.

**Keywords:** Civic social action, subsidiary action, intelligence.



## 1. INTRODUÇÃO

O presente ensaio versa sobre a importância das ações cívico-sociais (ACISO) como fonte de obtenção de dados de inteligência. A partir dessa premissa fizemos uma análise de um período pretérito à implementação do Caderno de Instrução CI 45-01 até os dias atuais, destacando o início de tal prática e suas origens francesas e norte americanas.

Buscando definir o conceito amplo da expressão ACISO, utilizando referências bibliográficas nacionais e internacionais, bem como analisando as atividades desenvolvidas pela Força Terrestre (F Ter) e como essas tarefas têm auxiliado a Força para aumentar a sua confiança perante a sociedade.

Nesse ínterim, almejamos identificar e demonstrar as oportunidades para a obtenção de dados de inteligência das ACISO na última década. Insta ressaltar, que o Exército Brasileiro (EB) desenvolve as atividades supracitadas de forma relevante em comparação com as Forças Armadas das Nações Amigas (NA) em ações subsidiárias. Cabe ainda salientar que durante o estudo verificou-se que o Brasil, mormente o Exército Brasileiro, demonstra posição de destaque, tanto

na execução das tarefas de obtenção de dados quanto na assistência às comunidades alvos das ações.

No tocante a critérios de comunicação é possível notar que há um expressivo aumento no quesito divulgação de mídias oficiais e exploração de meios digitais para um maior alcance na sociedade e aumento da credibilidade da população.

Por fim, passou-se a verificação de como se desenvolvem as ACISO pelo Exército Brasileiro.

## 2. DESENVOLVIMENTO

Antes mesmo da elaboração do Caderno de Instrução CI 45-01 \_ AÇÃO CÍVICO-SOCIAL (ACISO), pelo Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx), revisado pelo Comando de Operações Terrestres (COTER), em 2009, o EB utilizava as ACISO nas áreas de responsabilidades das Organizações Militares (OM), e de interesse da Força, como instrumento de ação psicológica, conquista da simpatia popular, obtenção de dados locais, mas principalmente, como ato de solidariedade humana (CARDOSO, 1968).

Iniciando tal prática, no âmbito do Exército Brasileiro, durante o período da Guerra Fria, a partir da



segunda metade da década de 1960, teve dupla influência: da França, por meio da doutrina da guerra revolucionária, com a reformulação dos currículos das escolas militares brasileiras após recebimento da Missão Militar Francesa (MMF), a partir de 1918 (SODRÉ, 2010) e, posteriormente, dos Estados Unidos, por meio da doutrina da contrainsurgência, com os programas de patrocínio próprio para treinamento das Forças Armadas voltados para os países do Terceiro Mundo (GUIMARÃES, 2014).

Por definição, a ACISO é um conjunto de atividades de caráter episódico ou programado de assistência e auxílio às comunidades, desenvolvendo o espírito cívico e comunitário dos cidadãos, no país ou no exterior. Tem ainda, como condicionantes básicas, o aproveitamento como adestramento de sistemas de logística e de inteligência (grifo nosso), compreendida pelo Exército, e principalmente pela comunidade como uma ação de natureza complementar (BRASIL, 2009).

Nos relatos publicados por CARDOSO (1968, p. 621), algumas cenas são descritas: "O motorista, um cabo enfermeiro, e outro auxiliar descarregam uma cadeira de dentista

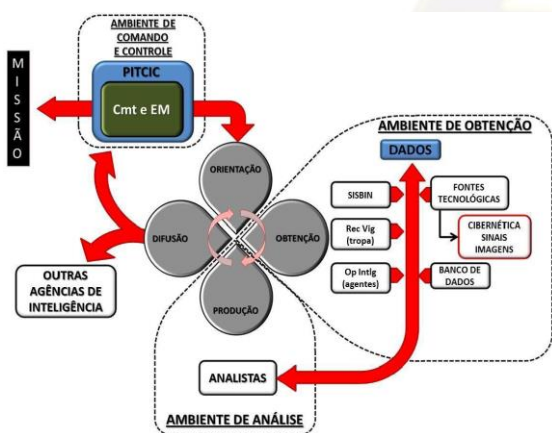
portátil e um caixote de medicamentos, transportando-os para uma edificação próxima [...]” e “Do lado externo, um oficial de arma, agachado junto à casa, palestra com dois habitantes da região, colhendo informes sobre o problema de terras, exploração de minério e educação.”, e ainda completa, “É rara a ACISO que não tenha como saldo imediato a salvação de uma vida humana”.

Como podemos observar nos documentos citados, mesmo naquela época, as ações do Exército Brasileiro espelha o aproveitamento de uma ACISO para o adestramento da logística e da inteligência, sendo a obtenção de dados com a população local ponto importante para alimentar o Sistema de Inteligência onde, englobando uma das 4 (quatro) fases do CICLO DE INTELIGÊNCIA (Figura 1), de forma sequencial e ordenada de atividades, por meio dos dados obtidos, os conhecimentos são produzidos e colocados à disposição dos usuários de forma racional (BRASIL, 2015). De forma mais detalhada, a obtenção de dados é apresentada na Figura 2.





**Figura 1 -** Ciclo de Inteligência Militar  
 (Fonte: BRASIL, 2015).



**Figura 2 -** Ambiente de Emprego de Inteligência. (Fonte: BRASIL, 2015).

Sendo as ACISO uma das atividades enquadradas dentro do escopo das atribuições subsidiárias, geral e particulares, conforme instrumentos legais compilados por Menin (2007) e em situações de não guerra, normalmente, com emprego do EB em Operações de Cooperação e Coordenação com Agências, exceto em circunstâncias especiais (FILHO, 2019), uma enorme gama de oportunidades, em território nacional ou internacional,

para obtenção de dados para a inteligência, além da missão precípua de cada operação.

Com vasta setorização de atendimento (Agropecuário, Transporte, Higiene e Saúde, Recreação, Educação, Civismo, Atualização e Fornecimento de Documentos), adaptado às diversas necessidades da comunidade local, a ampliação de ações cívico-sociais, de forma planejada e respeitadas as limitações da capacidade de atuação da tropa, combinadas com atividades subsidiárias demonstram ser oportunas, tanto para a sociedade civil onde ocorrem as operações, quanto para o Sistema de Inteligência do Exército (SIEx), principalmente pela amplitude de alcance territorial, com aproveitamento dos meios logísticos, na obtenção de dados de interesse da Força.

Como alguns exemplos de atividades subsidiárias coordenadas pelo Ministério da Defesa (MD), em consonância com o Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2020), com potencial de obtenção de dados para a inteligência, podemos citar: Projeto Rondon (abrangendo municípios do Norte e Nordeste), Projeto Soldado Cidadão (abrange todo o Território Nacional), Programa Calha Norte



(abrange quase 400 municípios), Programa Forças no Esporte (abrange 90 municípios em 25 Estados), Projeto João do Pulo (direcionada ao atendimento de pessoas com deficiência – PcD) e Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (integra mais de 600 atletas).

Diversas outras operações, sob coordenação do EB ou do Ministério da Defesa, possuem potencial obtenção de informes por meio de ACISO, tais como: Operação Ágata, Operação Carro-Pipa, Operação Amazônia e Operação Acolhida, Operação COVID-19, etc.

A publicidade e divulgação das ações cívico sociais são fundamentais e fazem parte da estratégia de participação e engajamento maciço da comunidade, oportunizando, também maiores fontes de dados, e a não observância da ampla comunicação pode ser um problema em relação à receptividade do Exército Brasileiro em determinadas áreas de atuação de atividades subsidiárias ou de exercícios militares.

Em rápida pesquisa na rede mundial de computadores, utilizando como fonte o site do Exército Brasileiro, compilando as publicações sobre ação cívico-social (ACISO) na última década,

onde obtivemos os resultados demonstrados nas Figuras 3 e 4.

ANO	TAGs	PUBLICAÇÕES
2012	ultimas noticias radio/destaque/dia-do-soldado-2012/o-que-vaipelaforça/reinounido/estadosp/avisos/outrosportais/republica1/republica	367
2013	ultimas noticias rádio/e-estadosp/outrosportais/o-que-vaipelaforça/destaque/rádio verde oliva - dicas e serviços/dia-do-exército-2013/operações/cursos e estágios/dia-do-soldado-2013	253
2014	ultimas noticias rádio/estadosp/o-que-vaipelaforça/outrosportais/cursos e estágios/haiti/avisos/brabatt 1/copa2014-notícia/informex	396
2015	o-que-vaipelaforça/msg_cm_t_ex/destaque/avisos/resenha/resenha2015/esclarecimento-publico-interno/operações e exercícios/patrono/agendacmt	346
2016	o-que-vaipelaforça/avisos/aedes aegypti/rádio verde-oliva-dicas e serviços/haiti/brabatt 1/agendacmt/agendacmt2016/destaque 1/aedes aegypti_fixo	156
2017	ação cívico-social/aciso/mão amiga/semanadapátria/o-que-vaipelaforça/haiti/curare/dia dosoldado	968
2018	cma/cml/cm/cmn/cmp/cmne/aciso/dece/ccomsex/Capa/Noticia 4	1.176
2019	cms/cma/cml/cm/cmn/cmne/ccomsex/cmp/aciso/cmn/cmse/Capa	1.036
2020	covid19/cms/cmne/cml/cmn/mão amiga/cma/cm/cmse/preparo/Capa	1.232
2021	cms/cml/cma/cm/cmn/cmne/ajudar está em nossas mãos/cmn/cmp/cmse/covid19/Capa	1.183
<b>Total</b>		<b>7.113</b>

Figura 3 - Publicações sobre ACISO do EB na última década (Fonte: EXÉRCITO BRASILEIRO, 2022).



Figura 4 - Evolução de publicações de ACISO do EB (Fonte: autoria própria).

Com a análise da Figura 4 é possível perceber um salto de informações publicadas do ano 2017 em diante, o que sugere pesquisas mais aprofundadas para o descobrimento das causas, ficando como sugestão de novos trabalhos.



Em relação a outros países, um dado interessante é a comparação de atividades subsidiárias entre o Exército Brasileiro e outros Exércitos de Nações Amigas, realizada por Filho (2019), que comparou com os seguintes países: China, Argentina, Estados Unidos, Paraguai e Peru, e constatou que existe similaridade entre às ações dos Exércitos para o desenvolvimento dos respectivos países, mas apenas em situação de calamidade pública e em desastres naturais, com algumas ressalvas particulares para cada NA.

Assim, as ações cívico-sociais, conforme acontece no Brasil, não são previstas em legislação ou manuais para outros Exércitos de Nações Amigas apuradas neste trabalho. Porém existe a preocupação de coleta de informações e confirmações de inteligência para operações onde há participação de civis, conforme prevê o manual JP 3-57 (*Civil-Military Operations*) do Exército dos Estados Unidos da América (USA), que trata de tipos de operações militares, em situação de não guerra, onde diz que "os contatos civis podem fornecer informações mais extensas do que informações coletadas através de canais de inteligência" (USA, 2018, p. 13).

Logo podemos observar o grau de importância dado aos países das

Nações Amigas em relação à coleta e obtenção de dados e/ou informes por meio de contato com civis.

### 3. CONCLUSÃO

De forma geral, pudemos discorrer e opinar neste estudo sobre as ações cívico-sociais do Exército Brasileiro, a evolução da divulgação por mídia no decênio anterior, demonstrando a crescente oportunidade de fonte de coleta de dados para a Inteligência em atividades de ACISO e fazer uma breve comparação de ações similares e legalidade em relação aos países de Nações Amigas.

O estudo realizado demonstra que o Brasil, particularmente o Exército Brasileiro, está na vanguarda com esse tipo de atividade, de forma a dar assistência às comunidades mais vulneráveis, mas também para a obtenção de dados para o SIEx.

Outrossim, no tocante ao aspecto de comunicação digital e divulgação das ACISO, podemos destacar que novos estudos podem ser mais aprofundados e tabulados com informações diretas com o CCOMSEx e/ou organizações militares, visto que muitas atividades podem não ter sido



publicadas pela mídia digital disponibilizada pela Força.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2020. 195 p.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. **CI 45-01: Ação Cívico Social (ACISO)**. 1. ed. Brasília, DF, 2009. 37 p.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **EB20-MF-10.107: Inteligência Militar Terrestre**. 2. ed. Brasília, DF, 2015. 59 p.

CARDOSO, Athos Eichler. ACISO – Arma Básica do Arsenal Psicológico. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 55, n. 622, p. 135-137, Nov/Dez. 1968. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/8508>. Acesso em: 19 jul. 2022.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Noticiário do Exército**. 2022. Disponível em: [www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito](http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito). Acesso em: 24 jul. 2022.

FILHO, João Leitão Alencar. **As atividades do Exército Brasileiro em prol da sociedade e do desenvolvimento nacional: operações de não guerra e ações indiretas**. 2019. TCC – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:

<https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/5795>. Acesso em: 20 jul. 2022.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. **Outras formas de enfrentar a ameaça comunista: os programas assistenciais do Exército brasileiro como estratégia de combate à guerra revolucionária (1964-1974)**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2014. Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMG\\_9a4fe05e3eefa8a0822c8ce7d8067e19](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMG_9a4fe05e3eefa8a0822c8ce7d8067e19). Acesso em: 28 jul. 2022.

MENIN, José Luis Gonçalves. As ações subsidiárias das Forças Armadas na Amazônia e seus reflexos na segurança e no desenvolvimento. **Revista da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 47, p. 41-56. Jan/Jul. 2007. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistaadaesg/issue/view/59>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 576 p.

USA. Joint Chiefs of Staff. **Joint Publication (JP) 3-57: Civil-Military Operations**. Washington, DC, 2018. 152 p. Disponível em: [https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/jp3\\_57.pdf](https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/jp3_57.pdf). Acesso em: 15 jul. 2022.



## **O AUMENTO DO EMPREGO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO) E A SEGURANÇA JURÍDICA PREVISTA NO ART. 9º, § 2º DO CÓDIGO PENAL MILITAR, INCLUÍDA PELA LEI Nº 13.491, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017**

*Destaque do Curso de Material Bélico – 2º Turno/CAS 2022*

2º Sgt Jônatas da Silva Viana, 2º Sgt Paulo Cesar Lustosa Moreira do Nascimento, 2º Sgt Pedro Alves de Mattos, 2º Sgt Philippe Macedo Garcia Amorim, 2º Sgt Rafael da Silva Lopes, 2º Sgt Rodolfo Estenio Siqueira de Albuquerque, St Leonardo Albuquerque de Andrade

### **RESUMO**

O presente artigo visa analisar o aumento do emprego do Exército Brasileiro (EB) nas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Destaca-se que a atuação do EB nas operações de GLO são autorizadas por Decreto emitido pelo Presidente da República, com a finalidade de atender a necessidade de estados e municípios no controle de situações de segurança pública. Contudo, em razão do emprego frequente do EB nas operações de GLO, os legisladores verificaram a urgência na ampliação da competência para julgar os crimes dolosos contra a vida de civis cometidos por militares durante o desenvolvimento das operações de GLO. Ao analisarmos essa inovação jurídica, apontamos como resultado que a inclusão do §2º, no art. 9º do Código Penal Militar (CPM), ratificou o princípio da segurança jurídica ao permitir decisões mais estáveis e justas para o militar e sociedade.

**Palavras-chave:** Emprego militar, operações de garantia da lei e da ordem, princípio da segurança jurídica.

### **ABSTRACT**

This article aims to analyze the increase in the employment of the Brazilian Army (BA) in Law and Order Guarantee (LOG) operations. It is noteworthy that the BA's performance in LOG operations is authorized by a Decree issued by the President of the Republic, with the purpose of meeting the needs of states and municipalities in the control of public security situations. However, due to the frequent use of the BA in LOG operations, legislators noted the urgency of expanding the competence to prosecute intentional crimes against the lives of civilians committed by the military during the development of LOG operations. When analyzing this legal innovation, we point out as a result that the inclusion of §2, in art. 9 of the Military Penal Code (MPC), ratified the principle of legal certainty by allowing more stable and fair decisions for the military and society.

**Keywords:** Military employment, law and order guarantee operations, principle of legal certainty.





## 1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a sociedade brasileira como um todo, vem observando o emprego cada vez mais frequente do Exército brasileiro em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

Essas operações são previstas e reguladas pelo art. 142 da Constituição Cidadã e, principalmente, pela Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, além de outros instrumentos normativos.

Por um simples Decreto, o Presidente da República autoriza o emprego do Exército em várias atividades como: varredura em presídios, segurança de grandes eventos, pacificação de conflitos, dentre outros exemplos.

Este emprego que se encontra em crescimento, merece muita atenção, não só das autoridades federais, estaduais e municipais, mas sim de toda a população. O uso das Forças Armadas representa a última trincheira para a manutenção de um Estado Democrático de Direito e da Lei e da Ordem, este último, um dos lemas de nossa bandeira.

O emprego corriqueiro e sempre em estado emergencial, já demonstra que os órgãos de segurança pública,

responsáveis por essas atribuições, encontram-se com uma certa carência de efetivos e de materiais, necessitando de atenção especial por parte das autoridades estaduais e municipais.

Diante desse contexto, surgiu a necessidade de regular de quem seria a competência de julgar um crime doloso contra a vida de um civil praticado por militar das Forças Armadas, nesta situação que é prevista, todavia, excepcional.

Essa regulação veio por intermédio da Lei nº 13.491/2017, que alterou profundamente o Código Penal Militar (CPM). Entretanto, trataremos nesse artigo, somente da inclusão do §2º, do art. 9º do referido código.

A inovação legislativa trouxe mais segurança jurídica nos julgamentos e processos, trazendo para o militar e para toda sociedade brasileira, julgamentos mais justos e imparciais.

Todavia, acarretou uma grande celeuma. Alguns setores da sociedade começaram a difundir que os crimes praticados por militares seriam impunes. Nesse artigo, propomos desconstruir essa interpretação distorcida referente ao objetivo da Lei nº 13.491/2017.



## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 O emprego do Exército brasileiro em Operações de Garantia da Lei e da Ordem até a atualidade

A previsão do emprego das Forças Armadas em Operações de GLO encontra amparo na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, essencialmente, no art. 15, § 5º, in verbis:

Art. 15. O emprego das Forças Armadas na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, e na participação em operações de paz, é de responsabilidade do Presidente da República, que determinará ao Ministro de Estado da Defesa a ativação de órgãos operacionais, observada a seguinte forma de subordinação: [...]

§ 5º Determinado o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, caberá à autoridade competente, mediante ato formal, transferir o controle operacional dos órgãos de segurança pública necessários ao desenvolvimento das ações para a autoridade encarregada das operações, a qual deverá constituir um centro de coordenação de operações, composto por representantes dos órgãos públicos sob seu controle operacional ou com interesses afins. [...] (BRASIL, 1999).

É importante ressaltar, que o emprego do Exército Brasileiro (EB) em situações que envolvam operações de GLO é a exceção e não a regra. Esse uso é considerado constitucional somente quando o Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual, reconhecer que os meios formais de segurança pública não são suficientes para superar o estado de anormalidade.

Entretanto, mesmo tratando-se de uma excepcionalidade, desde o ano de 1992, somente o Exército brasileiro, conforme dados do Ministério da Defesa, divulgados em 2022, foi empregado em 107 oportunidades, conforme a Figura 1:

Tipo de Operação	Atuação do EB
Violência Urbana	21
Greve da PM	23
Eventos	27
Garantia de Votação e Apuração	12
Outros	24
Total	107

**Figura 1** - Atuação do Exército Brasileiro em Operações de GLO no período de 1992-2022 (Fonte: MINISTÉRIO DA DEFESA, 2022).

### 2.2 Julgamentos de crimes dolosos contra a vida de civis no contexto de Operações de GLO, antes e depois da Lei nº 13.491/2017

A redação do CPM, antes da publicação da Lei nº 13.491/2017, ao tratar dos crimes dolosos contra a vida de civis, praticados por militares do EB,



disciplinava que caberia à justiça comum a competência para julgá-los, com o estabelecimento do Tribunal do Júri:

Art. 9º Consideram-se crimes militares em tempo de paz:[...]

Parágrafo único. Os crimes de que trata este artigo quando dolosos contra a vida e cometidos contra civil serão da competência da justiça comum, salvo quando praticados no contexto de ação militar realizada na forma do art. 303 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica. (BRASIL, 2017).

Com a publicação da Lei nº 13.491/2017, vislumbra-se uma alteração profunda no CPM brasileiro. Entre essas mudanças, uma das mais importantes ou a mais importante, foi a inclusão do § 2º, no art. 9º, do Código Castrense, a saber:

Art. 9º Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:[...]

§1º Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos dolosos contra a vida e cometidos por militares contra civil, serão da competência do Tribunal do Júri.

§2º Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da

competência da Justiça Militar da União, se praticados no contexto:[...]

III – de atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou de atribuição subsidiária, realizadas em conformidade com o disposto no art. 142 da Constituição Federal e na forma dos seguintes diplomas legais: [...] (BRASIL, 2017).

Nota-se que, antes e depois da criação da Lei nº 13.491/2017, os crimes dolosos praticados por militares do Exército brasileiro contra a vida de civis, serão como regra, infrações penais de competência da Justiça Comum, com a instituição do Tribunal do Júri.

No entanto, ressalta-se que a Justiça Militar da União (JMU) julgará crimes dolosos contra a vida de civis de forma excepcional, ou seja, será a exceção da regra. Nesse sentido, o que a nova lei trouxe para o arcabouço jurídico brasileiro foram o aumento da competência e as hipóteses de julgamento.

É verdade que, com esse aumento de competência, o militar empregado no contexto de Operações de GLO, ou qualquer outra hipótese do §2º, art. 9º do CPM, sempre será julgado e processado pela JMU.



### 2.3 O princípio da segurança jurídica será ratificado?

Em linhas gerais, segurança jurídica é o princípio que o Estado tem que observar para garantir os direitos fundamentais de cada cidadão. Isso significa que o Estado, por intermédio de leis e jurisprudências, garante à população a previsibilidade e estabilidade nas relações entre seus indivíduos.

No entanto, essa previsibilidade não está atrelada a ideia de imutabilidade das leis e das normas em geral. Quando os nossos ilustres constituintes de 1988 elaboraram a nossa Lei Maior, eles não imaginaram que as Forças Armadas seriam empregadas, com certa regularidade em operações de GLO, expondo com frequência seus militares.

Quando a Lei nº 13.491/2017 incluiu o §2º no art. 9º do CPM, trazendo assim a competência de julgamentos de crimes dolosos contra a vida de civis para a Justiça Militar da União, no contexto de operações de GLO, além de inovar, ela ratificou o princípio da segurança jurídica, acarretando decisões mais estáveis e justas, para o militar e para toda a população.

Cabe ressaltar, que a JMU é uma justiça especializada do nosso Poder

Judiciário brasileiro. Nela não há julgamentos parciais e corporativistas. Existe um corpo de Juízes Federais da Justiça Militar, aprovados em concursos de provas e títulos como qualquer outro cargo para a Magistratura.

Existe ainda, a formação do Escabinato da Justiça Militar, que muito assemelha-se com o Tribunal do Júri. Os militares serão julgados pelos seus superiores hierárquicos, conhecedores da real situação do qual o militar estava inserido.

## 3. CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente artigo procurou demonstrar que, conforme houve o aumento do emprego das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem, surgiu a necessidade de regular de quem seria a competência para julgamentos de crimes dolosos contra a vida de civis. Acertadamente, houve a inclusão do §2º, do art. 9º do CPM, por intermédio da Lei nº 13.491/2017, transferindo à JMU essa capacidade.

Por mais que as Forças Armadas, nesse âmbito o EB, estejam em constante preparo e aprimoramento, cabe aos legisladores e a toda a população, propiciar julgamentos justos e imparciais aos seus militares quando



empregados nesse contexto excepcional, sem interferência de qualquer setor. Isso não significa regalias aos militares e sim proteção para a nossa sociedade democrática de direito e de Lei e da Ordem.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. **Código Penal Militar**. Brasília, DF: Presidência da República 2022. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del1001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm). Acesso em: 15 de julho de 2022.070911Rr!0

BRASIL. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças

Armadas. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp97.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp97.htm). Acesso em: 18 de julho de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.491, de 13 de outubro de 2017**. Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113491.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113491.htm). Acesso em: 18 de julho de 2022.

Ministério da Defesa. Portal Gov.br. **Histórico de Operações de GLO 1992-2022**. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/exercicios\\_e\\_operacoes/glo/1-metodologia-de-estudo.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/1-metodologia-de-estudo.pdf). Acesso em: 25 de julho de 2022.



## LIÇÕES APRENDIDAS NA OPERAÇÃO COVID-19: VIVÊNCIA DOS MILITARES NO ÂMBITO DA SAÚDE

*Destaque do Curso de Saúde – 3º Turno/CAS 2022*

2º Sgt Alice Silva Nunes, 2º Sgt Daniela Fückler, 2º Sgt Ingrid Oliveira Silva, 2º Sgt Paôla Karoline do Rosário Rodrigues, 2º Sgt Patricia Menezes de Oliveira, 2º Sgt Valeria Pereira de Souza,  
2º Ten Levi Alexandre Alves da Silva

### RESUMO

Este trabalho teve como objetivo discutir as lições aprendidas na Operação COVID-19, tendo como campo de conhecimento as operações especiais na perspectiva dos militares. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e abordagem qualitativa, em que foram apresentados relatos acerca das vivências profissionais dos sargentos no âmbito da saúde da COVID-19. Os resultados demonstraram a importância que o Exército possui na orientação da população com relação à higienização e manutenção do distanciamento, tendo em vista que os militares foram para os locais públicos disponibilizar apoio para a população no contexto da pandemia. Nesse processo, esta pesquisa concluiu que diversas lições foram obtidas por parte dos sargentos, como a valorização da família, a obrigatoriedade do distanciamento diante do momento vivenciado, desenvolvimento do autocuidado, percepção do próprio corpo, o olhar para o próximo como ser humano, além de toda uma vivência de companheirismo com a equipe.

**Palavras-chave:** COVID-19, lições, operações.

### ABSTRACT

This work aimed to discuss the lessons learned in Operation COVID-19, having special operations as a field of knowledge from the perspective of the military. This is a bibliographic research with a qualitative approach in which reports were presented about the professional experiences of sergeants in the context of the health of COVID-19. The results demonstrated the importance that the Army has in guiding the population regarding hygiene and maintaining distance, given that the military went to public places to provide support to the population in the context of the pandemic. In this process, this research concluded that several lessons were learned by the sergeants, such as valuing the family, the obligation to detach from the experienced moment, development of self-care, perception of one's own body, looking at others as a human, in addition to a whole experience of companionship with the team.

**Keywords:** COVID-19, lessons, operations.



## 1. INTRODUÇÃO

Diante do contexto de calamidade pública da pandemia da COVID-19 decretado em março de 2020, os profissionais da área da saúde e trabalhadores da linha de frente tiveram que unir esforços para combater a situação presente. Nesse sentido, de acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (2020), a Organização Mundial da Saúde declarou emergência de saúde pública de importância internacional por surto de coronavírus. Segundo a declaração do diretor-geral sobre o novo coronavírus, deve-se agradecer e ter respeito pelos milhares de profissionais de saúde que intensificaram suas ações na linha de frente no combate à doença.

Sabendo da importância dos profissionais que trabalharam e ainda desenvolvem suas atividades na linha de frente no contexto da pandemia da COVID-19, verifica-se a relevância de se discutir as lições aprendidas na Operação COVID-19. Essa temática possui justificativa acadêmica, pois visa contribuir com o aprofundamento teórico sobre as ações e vivências desses profissionais, beneficiando o conhecimento sobre o assunto. Além disso, estudar esse tema também

favorece o âmbito prático, pois dialogar acerca do tema ajuda a conhecer as lições dos profissionais e nos ajuda a conhecer a realidade e refletir sobre tais vivências em um momento em que se exigiu tanto por parte desses trabalhadores.

Sendo assim, conforme Souza et al. (2020), verifica-se a importância de debater sobre o tema, assim como a relevância de construir o conhecimento e diálogo a partir desse espaço de vivência. As ações de prevenção e promoção podem ser cada vez mais bem planejadas diante dessas experiências. Logo, o debate entre os profissionais da linha de frente é benéfico para a sociedade como um todo, especialmente quando se refere a uma esfera de calamidade pública.

O presente estudo possui como objetivo discutir as lições aprendidas na Operação COVID-19, tendo como campo de conhecimento as operações especiais na perspectiva dos militares.

## 2. DESENVOLVIMENTO

Em âmbito mundial, a pandemia da COVID-19 exigiu de toda a sociedade um conjunto de esforços visando estabelecer medidas de prevenção à doença, como as de higiene e distanciamento social. Essas medidas



adotadas foram relevantes, assim como a participação dos profissionais de diversas áreas, como os da área da saúde e os militares, por exemplo. Para Migon et al. (2022), ponderar a gestão da crise corresponde a tratar no aprofundamento de uma política de saúde, respaldada no prisma da governança, verificando os variados setores da sociedade e a relevância do restabelecimento dos cenários. Dessa forma, o agravamento do contexto demanda uma postura por parte das Forças Armadas e das diversas partes envolvidas.

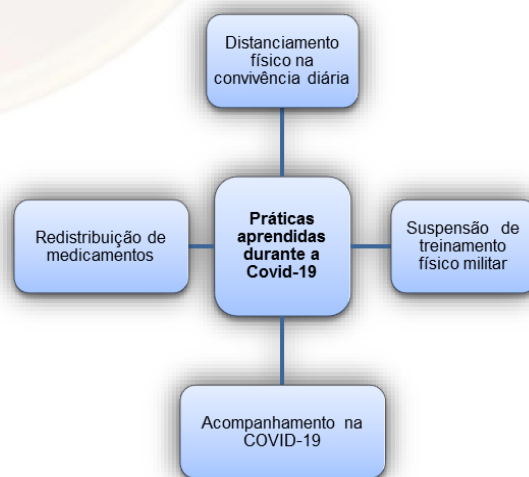
Conhecer tal realidade vivenciada pelos profissionais que desempenharam operações na linha de frente da COVID-19 no Brasil ajuda no restabelecimento do cenário de saúde. Assim sendo, é relevante considerar que dentro do contexto inédito da doença, os trabalhadores tiveram que se reinventar e muitos ensinamentos foram alcançados nessas operações.

Com o intuito de identificar as diversas lições que podem ser mencionados pelos militares, destaca-se que o Exército faz jus ao lema "braço forte, mão amiga", pois teve atribuição relevante de não somente orientar sobre a população das diretrizes básicas de higiene e distanciamento, mas foi o

Exército que colocou os militares para desempenhar diversas atividades ao Brasil afora.

Assim sendo, a calamidade pública da pandemia permitiu que os militares desenvolvessem um novo olhar para o contexto de saúde, da vulnerabilidade e da sociedade como um todo. As centenas de mortes no Brasil, distanciamento e medidas de distanciamento possibilitaram que esses profissionais se reinventassem. De acordo com GITHUB (2022), o Brasil registrou mais de 688 mil casos de óbitos até o mês de outubro de 2022.

Para tanto, com base em tal temática, no entendimento da CEA (2022), diversas foram às práticas, experiências ou lições aprendidas pelo Exército Brasileiro na luta contra os impactos da COVID-19, conforme destacado na Figura 1.



**Figura 1** Práticas aprendidas durante a Covid-19 pelos militares Fonte: CEA (2022).





Assim sendo, essas práticas acabam por reforçar as lições anteriormente mencionadas que os militares obtiveram durante as suas operações realizadas no país.

A inserção dessas práticas teve como objetivo mitigar os diversos obstáculos que a doença estava pondo em todo o Brasil e mundo. Por isso, pode-se mencionar que os militares possuíram e ainda possuem um papel fundamental no que corresponde à minimização dos impactos desencadeados pela doença.

Compreender essas atividades realizadas pelos militares durante as operações da COVID-19 é considerado significativo, pois mostra a diversidade de estratégias que foram colocadas em prática por esses trabalhadores com o objetivo de minimizar os impactos decorrentes da pandemia. A partir dessas diversas atividades, pode-se relatar que muitas foram às lições pelas quais os militares puderam vivenciar, conforme destacado no Quadro 1.

<b>Lições aprendidas pelos militares durante a COVID-19</b>
<b>Aprendizado em relação a todo o contexto de distanciamento social</b>
<b>As despedidas dos familiares sem prestar as últimas homenagens</b>
<b>Percepção da doença e autocuidado</b>
<b>Medo do contágio e auto-aperfeiçoamento da doença</b>
<b>Trocas de companheirismo e olhar para o próximo como ser humano</b>

**Quadro 1** – Lições aprendidas pelos militares durante a COVID-19 Fonte: Elaboração própria (2022).

Essas lições aprendidas nas operações demonstram também um despreparo por parte dos profissionais das diversas áreas em relação ao contexto pelo qual ainda não se tinha experiência naquele momento. Além do despreparo, o psicológico desses profissionais foi significativamente abalado, uma vez que a carga de trabalho aumentou consideravelmente.

Outra lição importante a ser discutida é a questão da inconstância da vida e que as pessoas devem buscar para viverem todos os momentos como se fossem únicos, uma vez que com a COVID-19, a população mundial foi privada de sair de casa, por exemplo. Isso demonstra a importância de proporcionar valor às pequenas coisas da vida, como aos relacionamentos, a atividade física, por exemplo.

Assim sendo, destaca-se a atribuição que os militares tiveram diante as operações da COVID-19, pois



eles tiveram que se adaptar à exigência do cenário.

### 3. CONCLUSÃO

Concluiu-se que a atuação dos profissionais de linha de frente, assim como os militares, foi considerada fundamental no que diz respeito aos impactos da COVID-19. Diversas atividades foram desenvolvidas por eles, como a higienização dos locais públicos, disponibilização de apoio de saúde em geral, dentre outras ações.

Essas diferentes operações executadas pelos militares possibilitam diversas lições que foram relevantes, como o contexto de distanciamento social, percepção da doença, autocuidado, medo do contágio, autoaperfeiçoamento da doença, trocas de companheirismo e olhar para o próximo. Logo, essas lições acarretam aprendizado e são necessárias para serem discutidas no âmbito da saúde, em busca de melhores estratégias de prevenção e promoção.

### REFERÊNCIAS

CEA. CONFERÊNCIA DOS EXÉRCITOS AMERICANOS. **Quais as melhores práticas, experiências ou lições aprendidas do Exército Brasileiro na luta contra os impactos da COVID-19?**

2022. Disponível em: [https://www.redcea.com/covid19/Shared%20Documents/Ex%C3%A9rcito%20Brasileiro\\_boas\\_pr%C3%A1ticas\\_COVID\\_vers%C3%A3o\\_port.pdf](https://www.redcea.com/covid19/Shared%20Documents/Ex%C3%A9rcito%20Brasileiro_boas_pr%C3%A1ticas_COVID_vers%C3%A3o_port.pdf). Acesso em: 11 out. 2022.

GITHUB. **COVID-19 BR**. 2022. Disponível em: <https://github.com/wcota/covid19br>. Acesso em: 13 out. 2022.

MIGON, E. X. F. G.; GRIGOLI, G. A.; SILVA, J. M. R. As Forças Armadas brasileiras e o covid-19: a articulação de uma resposta interdisciplinar ao enfrentamento da pandemia no estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 9, n. 1, p. 127–157, 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus>. Acesso em: 10 out. 2022.

SOUZA, C. T. V. et al. Cuidar em tempos da COVID-19: lições aprendidas entre a ciência e a sociedade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 6, 2020



# O ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO AO PERITO CRIMINAL MILITAR COMO FORMA DE MANTER A SUA OPERACIONALIDADE

*Trabalho aprovado com louvor – Curso de Perícia e Investigação Criminal /2022*

1º Ten Inf Matheus Pereira Damasceno, Maj Inf Gabriel Ferreira de Amorim Gaspar

## RESUMO

O presente estudo buscou apresentar o uso da psicologia como forma de manter a capacidade laborativa do perito criminal militar. Com base na literatura, demonstrou-se que o trabalho pericial tem necessidade de tratamento psicológico visando minimizar os efeitos estressores do atendimento de um local de crime, principalmente quando há presença de vítimas fatais. Além disso, apresentaram-se as dificuldades e limitações encontradas dentro das Forças Armadas, mais especificamente no Exército Brasileiro, para a realização do acompanhamento psicológico desses profissionais. A pesquisa contou com auxílio de entrevista anônima com peritos criminais militares, através de formulário virtual criado pelo autor. Os dados obtidos, em sua maioria, resultaram na convergência com a pesquisa bibliográfica estudada, onde a base utilizada para comparação foram estudos internacionais das tropas americanas. Ademais, observa-se que este trabalho apresenta caráter introdutório e pioneiro dentro da área, visto que os estudos encontrados são escassos e sem foco na saúde mental do perito criminal militar.

**Palavras-chave:** Psicologia militar, perito criminal, saúde mental, bem-estar emocional.

## ABSTRACT

The present study sought to present the use of psychology as a way of maintaining the work capacity of the military forensics expert. Based on literature, it has been demonstrated that the expert work needs psychology treatment aiming to minimize the stressors effects of the attendance of the crime scene, mainly when there is presence of fatal victims. Furthermore it has been showed the difficulties and the limitations encountered inside the Armed Forces, more specifically in the Brazilian Army, for the realization of the psychological support of these professionals. The research had the help of an anonymous survey with the military forensics experts through a virtual form created by the author. The data obtained, mostly, resulted convergence with the bibliographic research studied, which the basis utilized to comparison were international studies from American troops. In addition, it is observed that this work presents introductory and pioneer character inside the area, since the studies found are scarce and without focus on the mental health of the military forensics expert.

**Keywords:** Military psychology, forensic expert, mental health, emotional well-being.



## 1 INTRODUÇÃO

Com a criação das noções de direito, começaram a surgir também diversas formas de se assegurar a justiça, das quais, entre elas, existem as provas técnicas apresentadas aos juízes para apreciação.

Nesse contexto, existe a figura do perito criminal que realiza o levantamento de vestígios no local de crime e posterior exame dos mesmos com o objetivo de gerar um laudo (prova técnica) que apresente a materialidade e a autoria daquele delito.

Em outras palavras, pode-se definir essa profissão de acordo com Giovanelli e Garrido (2011):

“A perícia criminal é uma função de estado, legalmente prevista no sistema judiciário e que tem como atribuição os exames de corpo de delito, o qual abrange desde a avaliação de materiais até a elucidação de dinâmica criminosa, através da observação e análise de vestígios encontrados em local de crime.”

Dentro do Exército Brasileiro (EB), a pessoa responsável por tal trabalho é o perito criminal militar, que atualmente é formado na Escola de Instrução Especializada (EsIE), localizada na cidade do Rio de Janeiro – RJ.

Vale ressaltar que o atendimento dos locais de crime, ocasionalmente, pode envolver vítimas fatais. E podem-se citar como exemplos desses incidentes os suicídios, homicídios e até mesmo acidentes em instruções de explosivos ou de armamento. Porém, quais efeitos psicológicos são transmitidos aos peritos nos atendimentos desses tipos de locais de crime? E em caso da presença de efeitos negativos, o tratamento realizado por psicólogos traria benefícios ou evitaria tais impactos?

Visto isso, o estudo em questão tratará do acompanhamento psicológico realizado por especialistas da área, visando a manutenção da operacionalidade do perito criminal militar.

A pesquisa se detém a levantar, por meio de formulário eletrônico e de fontes bibliográficas, aspectos psicológicos que advêm do trabalho de perícia, abordando seus impactos psicossociais e também como a assistência realizada por um psicólogo pode trazer benefícios laborativos.

Portanto, os conceitos básicos expostos, os resultados obtidos dos formulários e a relação entre eles, têm a finalidade de demonstrar a forma como a saúde mental do perito afeta o seu



desempenho profissional e de qual maneira ele pode ser recuperado ou protegido.

## 2. A PERÍCIA CRIMINAL E SEU IMPACTO PSICOLÓGICO

O trabalho de perícia criminal vem sendo realizado há centenas de anos e em diversos países. No entanto, ainda não há muitos estudos voltados à área do impacto psicológico a esse profissional.

Porém, pode-se valer do trabalho de Kennedy e Zillmer (2009), em sua obra intitulada "Psicologia Militar", de 2009, como base nos estudos da psicologia envolvida nesse ramo forense dentro das Forças Armadas.

Segundo Kennedy e Zillmer (2009), os militares enfrentam grandes porções de estresse em sua vida, diferentemente do vivenciado pela população civil (a exemplo da perda de liberdade pessoal, desdobramentos em zonas de perigo, transferências frequentes e/ou separação de sua família).

A própria natureza do trabalho militar, do bombeiro, dos profissionais da saúde e do aparato policial coloca esses indivíduos sob um alto risco de vivenciar experiências traumáticas e,

posteriormente, resulta em respostas negativas (KENNEDY; ZILLMER, 2009).

Com isso, fica bastante claro que o simples fato do perito ser um militar já gera uma grande carga emocional, podendo levar esse profissional ao desenvolvimento de estados mentais pouco saudáveis. Dentre eles, pode-se indicar a Síndrome do Esgotamento Profissional ou Síndrome de Burnout e a desordem ou transtorno de estresse pós-traumático.

### 2.1 Síndrome de Burnout

A Síndrome de Burnout é um estado mental resultante de um estresse vivenciado de maneira intensa e prolongada pelo indivíduo (DIAS et al., 2003).

Essa Síndrome também está ligada ao estresse ocupacional, decorrente do trabalho. Uma vez que esse estresse atinge níveis altos e a resistência do indivíduo ao estresse é rompida, pode-se atingir o estado mental acima descrito. Outros fatores que podem agir como gatilho para o desenvolvimento do Burnout são as situações traumáticas que também podem resultar na desordem de estresse pós-traumático.



## 2.2 Desordem de estresse pós-traumático

Segundo a *American Psychiatric Association* (APA) a PTSD (desordem de estresse pós-traumático) pode ocorrer após os seguintes eventos/episódios: exposição a um agente estressor extremo, experiência pessoal direta em evento que envolva ameaça de morte, ferimentos graves ou outra ameaça à integridade física, testemunhar evento que envolva morte, ferimentos ou ameaça à integridade física de outra pessoa, ou conhecimentos de evento inesperado de morte violenta, grande prejuízo, ameaça de morte ou ferimentos em membro de sua família ou de algum outro indivíduo próximo (KENNEDY; ZILLMER, 2009).

Nesse contexto, na vida militar, como abordado anteriormente, o indivíduo é bastante suscetível a vivenciar experiências como as citadas previamente, sejam elas em combate propriamente dito ou em situações de paz, como instruções com armamentos ou a detonação de explosivos.

Observa-se também que existem variáveis situacionais que aumentam as chances de desenvolvimento de PTSD, dentre as quais, testemunhar atrocidades e mortes, em particular de pares, e experimentar traumas

psicológicos recorrentes, situações as quais o perito pode encontrar em seu emprego (KENNEDY; ZILLMER, 2009).

No entanto, apesar da PTSD ser uma preocupação relevante, não se resume à única desordem mental decorrente de um incidente crítico, como um episódio violento, tendo como outras desordens comuns a depressão, problemas relacionados à ansiedade e o abuso de substâncias (álcool, fumo e/ou drogas), além de problemas relacionados com o sono.

Já em casos mais extremos o indivíduo acometido de tais comorbidades psicológicas pode chegar a cometer suicídio.

## 3. TRATAMENTOS E ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE MENTAL

A definição de tratamento psicológico ou também denominado psicoterapia, o qual é apresentado pelo dicionário de psicologia da APA por VandenBos (2010):

“Qualquer serviço psicológico fornecido por um profissional treinado que usa principalmente formas de comunicação e interação para avaliar, diagnosticar e tratar reações emocionais, formas de pensamento e padrões de comportamento disfuncionais de um indivíduo, uma



família ou um grupo. Há muitos tipos de psicoterapia, mas geralmente elas se enquadram em quatro categorias principais: psicodinâmica, comportamental, cognitiva, humanística e psicoterapia integrativa. O psicoterapeuta é um indivíduo que foi profissionalmente treinado e licenciado para tratar transtornos mentais, emocionais e comportamentais por meios psicológicos. Ele pode ser um psicólogo clínico, um psiquiatra, um conselheiro, um assistente social ou um enfermeiro psiquiátrico."

Vale ressaltar que a psicoterapia deve ter a capacidade de estimular um senso de autodeterminação e de competência, voltado para uma melhora na saúde emocional do indivíduo (paciente) que traz reflexos positivos para o trabalho e a vida pessoal (KENNEDY; ZILLMER, 2009).

Esse serviço de saúde mental pode ser realizado de maneira emergencial como, por exemplo, em episódios de crises depressivas ou de ansiedade, e de maneira não emergencial.

As avaliações não emergenciais "são aquelas em que não há suspeição de preocupações imediatas com a segurança do indivíduo e de outras pessoas" (KENNEDY; ZILLMER, 2009).

Pessoas enquadradas nesse tipo de terapia têm a possibilidade de estarem vivenciando, por exemplo, problemas relativos a ajustamento, depressão, dificuldade de aprendizado e até mesmo algum tipo de desordem de ansiedade (KENNEDY; ZILLMER, 2009).

Já quando se fala de tratamentos emergenciais, é mister lembrar que nem sempre os casos se resumirão ao controle de crises relacionadas a episódios traumáticos isolados, mas também de traumas constantes que resultam em desordens psicológicas mais graves como a ideação suicida.

Já o acompanhamento psicológico define-se como "[...] uma dinâmica de natureza colaborativa entre cliente e o psicólogo, sendo descrito como um processo multidimensional que abrange uma grande diversidade de modelos psicoterapêuticos mas com fatores comuns" (GOMES, 2016). Além disso ele vem "[...] auxiliar o cliente a tomar consciência de si próprio e do meio envolvente, no sentido de estimular e aperfeiçoar a sua capacidade para lidar com situações difíceis e promover o seu autoconhecimento" (GOMES, 2016).

Em um acompanhamento psicológico, diversos tipos de abordagens podem ser feitos. Frank



descreve algumas características centrais, as quais são: (1) indivíduo emocionalmente sobrecarregado, tendo confiança em um relacionamento com alguém que o ajude; (2) ferramenta de cura; (3) um esquema racional ou conceitual com objetivo de alívio dos sintomas; e (4) participação ativa, por parte do indivíduo, e crença, tanto do paciente quanto do terapeuta, de que a terapia há possibilidade de funcionar (KENNEDY; ZILLMER, 2009).

Diante do exposto até agora, encontra-se um questionamento sobre qual o acompanhamento psicológico deve ser realizado que se encaixe da melhor forma à carreira militar: seria a terapia de longa duração tradicional? Ou seria a terapia breve a melhor opção?

### 3.1 Terapia Tradicional e Breve

Alexandre e French observam que a terapia breve já é praticada há dezenas de anos e surgiu da ideia de que havia a possibilidade de se prestar serviços mais eficientes a pacientes selecionados caso essa terapia fosse bem planejada e executada (KENNEDY; ZILLMER, 2009).

Kennedy e Zillmer (2009) confirmam essa afirmação ao indicarem que ela é bastante adequada ao público

militar, visto que a terapia tradicional é quase inexecutável nesse meio, pois os militares são periodicamente movimentados para regiões diferentes ou acabam sendo empregados em exercícios no terreno, prejudicando a possibilidade de encontros rotineiros por longos períodos de tempo.

Esse ponto também é visto nas Forças Armadas Brasileiras, onde os oficiais, a partir de 2 anos já podem ser movimentados para outras unidades e os praças (subtenentes e sargentos) a partir de 3 anos. Sem contar as movimentações temporárias derivadas de missões na fronteira do Brasil ou para que o militar realize algum curso de interesse da Força.

Por conta disso, os terapeutas acabam obrigados a ser bastante ativos e diretos, buscando objetivos bem específicos em sintomas e com abrangência pequena (KENNEDY; ZILLMER, 2009).

A terapia breve em questão é debatida quanto à duração e seus resultados. Kennedy e Zillmer (2009) consideram que ela envolva algo em torno de seis a vinte e cinco sessões. É possível ser desenvolvida de maneira episódica por clínicos diferentes, tendo cada sessão, limitação bem definida de





objetivos e focando o seu trabalho fora do escopo de mudanças de vida.

A terapia breve em questão é debatida quanto à duração e seus resultados. Kennedy e Zillmer (2009) consideram que ela envolva algo em torno de seis a vinte e cinco sessões. É possível ser desenvolvida de maneira episódica por clínicos diferentes, tendo cada sessão, limitação bem definida de objetivos e focando o seu trabalho fora do escopo de mudanças de vida.

Nesse ponto, observa-se claramente o benefício operacional desse tipo de terapia ao reduzir o número de baixas relativos à saúde mental, além de haver uma diminuição de gastos com o tratamento dos pacientes. Considerando que o trabalho de perícia criminal é um trabalho complexo e extenso, e há também uma parcela pequena de militares que são especializados nessa área, a diminuição de efetivos para a realização desse tipo de trabalho afeta enormemente a capacidade operativa da tropa.

Portanto, a psicoterapia breve se mostra como uma alternativa bastante viável e utilizada em outros países, como nos Estados Unidos da América, com objetivos bem definidos e resultados consistentes de economia de gastos (diminuição do número de sessões de

terapia) e aumento das capacidades operativas das unidades (retorno mais rápido de militares em tratamento à tropa).

### **3.2 Terapia dentro do Exército Brasileiro**

Atualmente, não há nenhum documento oficial que padronize o atendimento e acompanhamento psicológico dentro do Exército Brasileiro. No entanto, ele funciona, de modo geral, da seguinte maneira: (1) o militar se encaminha ao Posto de Saúde da Guarnição ou ao Hospital Militar de sua Guarnição; (2) realiza uma consulta de triagem com um clínico geral; (3) recebe um encaminhamento ao psicólogo da Guarnição ou para atendimento clínico externo; e (4) realiza sua consulta e acompanhamento psicológico com o especialista.

Existem programas por parte da Diretoria de Assistência ao Pessoal (DAP), mais especificamente do Sistema de Assistência Social do Exército (SASEx), que de certa forma podem auxiliar alguns indivíduos nessa busca pelo tratamento de um psicólogo e até nortear quando o indivíduo deve ir à procura de acompanhamento psicológico. Os exemplos que podem ser citados são os seguintes programas:



Prevenção ao Suicídio e Saúde Mental (também sendo conhecido como Valorização à Vida), Prevenção à Dependência Química e Apoio aos Militares e seus Familiares Participantes de Missões Especiais (BRASIL, 2020).

Mesmo assim, pode-se observar que não há programa específico para a realização de acompanhamentos preventivos e até corretivos na área de perícia criminal militar.

Apesar disso, o Exército Brasileiro pode utilizar-se dos conhecimentos aprendidos e empregados pelas Forças Armadas Americanas como forma de aprimorar o seu tratamento da saúde mental.

E nesse contexto pode-se citar o *drop-in medical appointments* – *DIGMAS* (agendamentos médicos em grupo de curta duração ou agendamentos médicos compartilhados) (KENNEDY; ZILLMER, 2009).

Nesse tipo de atendimento, tanto um médico quanto um terapeuta comportamental realizam o trabalho, que necessita de um agendamento prévio do grupo (sendo voluntária por parte de cada indivíduo), que tem uma duração de aproximadamente 90 minutos, no qual o médico realiza a

consulta da parte física propriamente dita dos pacientes e o terapeuta (psicólogo) conduz e facilita a discussão do grupo acerca de estratégias para solução de problemas e mudanças de comportamentos (KENNEDY; ZILLMER, 2009).

Também servem de exemplo o *Behavioral Health Integration Project – BHIP* (Projeto de Integração de Saúde Comportamental) e o *Operational Stress Control and Readiness – OSCAR* (Prontidão e Controle de Estresse Operacional) (KENNEDY; ZILLMER, 2009). Ambos buscam prevenir e reduzir problemas com a saúde mental, podendo realizar um tratamento mais oportuno, trazendo benefícios como a redução de consultas clínicas especializadas.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho contou, além do levantamento bibliográfico, com uma pesquisa de dados utilizando-se de formulário eletrônico por meio da ferramenta Forms, disponibilizada gratuitamente pela empresa Google.

O formulário se ateve a selecionar como amostra, os peritos criminais militares formados pelo Exército Brasileiro com alguma



experiência na área de perícia, sendo desconsiderados, para os efeitos desse trabalho, aqueles que tenham selecionado a opção "nunca trabalhei na área" na primeira seção da pesquisa.

Buscou-se avaliar os dados de forma quantitativa e qualitativa para a discussão dos resultados, correlacionando-os com o que foi levantado durante a pesquisa bibliográfica.

Houve um total de 41 (quarenta e um) peritos criminais militares participantes, tendo as respostas sido coletadas entre 6 de agosto de 2022 e 12 de setembro de 2022.

A pesquisa foi dividida em seis seções: (1) identificação do avaliado; (2) experiência na área pericial; (3) aspectos psicológicos envolvidos no trabalho; (4) acompanhamento psicológico ao militar perito; (5) bem-estar geral do militar; e (6) comentários da pesquisa pelo avaliado.

#### 4.1 Identificação do Avaliado

Observa-se que os dados obtidos na primeira seção, puderam revelar algumas informações gerais da amostra que realizou o formulário. É possível apontar que a amostra geral se tratou predominantemente de peritos maiores de 30 anos de idade, servindo em sua

maioria na 1ª Região Militar (RM) – que compreendem os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo –, na 3ª RM – referente ao estado do Rio Grande do Sul – e na 11ª RM – onde ficam o Distrito Federal, Goiás e Tocantins – e que contêm experiência na área pericial entre zero e oito anos.

Considerando o exposto anteriormente, sobre a criação do primeiro curso centralizado de perícia criminal militar do Exército Brasileiro no ano de 2011, um total de 30 militares que realizaram a pesquisa foram formados na EsIE.

Já os dados da EsIE acerca da quantidade de militares formados nessa instituição, tem-se um total de 235 militares, dos quais 66 são oficiais e 169 são praças, considerando todas as Forças. Do Exército Brasileiro, a soma de militares e praças é de 207 peritos, sendo que 57 são do posto de oficial e 150 da graduação de praça. E como o formulário não fez nenhuma pergunta acerca do posto ou graduação do perito criminal militar, o valor de 12,77% foi considerado como a quantidade percentual da amostra.

#### 4.2 Experiência na Área Pericial

Nessa seção, os dados levantados foram relativos à quantidade de laudos



e acerca da presença de vítimas fatais conhecidas ou não. Se destaca que das 41 respostas, 56,10% já realizaram uma quantidade superior a 25 laudos. No entanto, quando foram cruzados os dados com a quantidade de experiência na área (em anos), viu-se que não há ligação direta entre uma e outra, ou seja, não necessariamente um tempo maior de trabalho na área pericial significa um número maior de laudos feitos.

Dos peritos, 70,73% tiveram entre zero e cinco laudos onde houve a presença de vítimas fatais. Contudo, esse resultado pode se mostrar ambíguo, já que engloba repostas referentes à zero laudos. Seguindo o raciocínio, a faixa que apresenta o segundo maior percentual com presença de vítimas fatais é a entre seis e dez laudos, com percentual de aproximadamente de 20%.

Um total de oito peritos que afirmaram conhecer a vítima da qual ele confeccionou o laudo, o que representa um total de 19,51% das respostas. Vale ressaltar que seis pessoas conheciam apenas uma vítima fatal em todos os laudos participados e uma pessoa conhecia quatro pessoas no total de seus laudos. Esse dado pode estar relacionado a uma inclinação para os

fatores de risco apresentados anteriormente sobre a geração do estresse pós-traumático.

Pode-se apontar que a grande maioria apresenta bastante confiança para a realização de trabalhos periciais em locais de crime, mesmo com a presença de vítimas fatais. No entanto, apesar de poucas respostas neutras ou discordantes, há militares pesquisados que apresentam dificuldades no quesito autoconfiança para esse tipo atendimento no local de crime, o que pode estar ligado com traumas anteriores vivenciados, formação insuficiente na geração de confiança no trabalho, ou até mesmo a falta de prática na área.

#### **4.3 Aspectos Psicológicos Envolvidos no Trabalho**

Já nessa parte da seção, os dados mostraram que a existência de fatores de risco, como os apresentados na literatura, é presente nos militares. Apesar de 20 dos pesquisados responderem que não apresentavam nenhuma das características (o que representa aproximadamente 50% das respostas), 16 apresentam ansiedade, que é um dos fatores de risco ou até mesmo um indício de alguma comorbidade mental.



A maioria dos pesquisados não apresentou nenhum tipo de alteração quando se tratando de mudanças psicológicas, logo após o perito realizar um atendimento de um local de crime com presença de vítima fatal. No entanto, houve episódios de insônia e mudança de humor, pontos que também podem indicar sinais de pequenos traumas psicológicos. E com relação ao aumento de consumo de álcool, aparentemente não confere com o aumento previsto na literatura como abordado pela bibliografia apresentado neste trabalho, visto que não demonstrou aumento considerável.

Analisando o estresse gerado em um local de crime com vítima fatal, foi perguntado aos peritos militares se os mesmos acreditam que isso geraria um efeito negativo à capacidade laborativa do profissional. Neste questionamento, 28 responderam que acreditam que afeta negativamente o trabalho, sendo que um concordou por já ter vivenciado esse efeito negativo. Então, como pode ser observado, mais da metade das respostas indicam um consenso sobre o estresse gerado afetar negativamente o perito.

Ao mesmo tempo que foram levantados os fatores de risco no desenvolvimento de comorbidades da

saúde mental, foram obtidos dados sobre a utilização de ferramentas para o alívio e o enfrentamento do estresse.

Observa-se, então, que há uma maior homogeneidade das respostas, tendo a atividade física como uma ferramenta que desponta como a mais utilizada (representando quase metade do total de respostas, um total de 19 peritos) pelos profissionais para o enfrentamento do estresse. Além disso, nota-se uma quantidade de 15 militares que se utilizam de mais de uma ferramenta para esse enfrentamento (Atividade Física, Conforto na religião, Conversas com amigos, Conforto junto à família e/ou outra ferramenta não citada).

Verificou-se também que o uso de bebida alcoólica e do fumo é presente após o atendimento de um local de crime, mesmo que em pequena quantidade, o que representa uma ferramenta utilizada para combater o estresse, apesar de trazer consigo alguns efeitos negativos (a exemplo do álcool, que é uma substância depressiva potencialmente geradora de um efeito contrário ao esperado). No entanto, a grande porção dos pesquisados, não apresenta problemas com o sono e nem faz uso de alguma substância como aparato de combate ao estresse.



#### 4.4 Acompanhamento Psicológico ao Militar Perito

As respostas recebidas nessa seção trazem alguns pontos interessantes, como uma quantidade expressiva de 29 militares que não realizaram tratamento psicológico, contra apenas 12 que já realizaram algum tratamento. E quando observado o motivo pelo qual a maioria não teria realizado o tratamento psicológico, 20 responderam que o mesmo não está elencado na pesquisa e quatro não responderam à pergunta. Isso nos mostra, que apesar da literatura ter apontado que grande parte do motivo pelo qual os militares não procuram um psicólogo, ser o impacto negativo sobre a carreira e o estigma de ser diagnosticado com uma desordem mental, apenas três repostas apontaram para isso.

Portanto, o que se revela é que, aparentemente, a literatura não reflete a realidade do perito criminal militar no Brasil. Mesmo que não se tenha aberto um campo para que o pesquisado escrevesse o seu motivo, levantaram-se algumas opções prováveis: o valor da consulta com um psicólogo; a burocracia para realizar uma consulta com um psicólogo militar (devido à

grande demanda por esse profissional pelo sistema de saúde do EB); a dificuldade de conseguir um encaminhamento para um profissional externo ao sistema de saúde do EB; e a problemática de iniciar um tratamento sabendo que em torno de dois a três anos haverá a sua movimentação e incapacitará a continuidade do tratamento.

Nesse mesmo ponto, mostrou-se que dois terços dos militares que realizam e/ou realizaram tratamento de sua saúde mental o fizeram exteriormente ao EB, o que pode fortalecer o motivo propostos acima – sobre a burocracia e dificuldade de agendamento de um psicólogo – ou até mesmo a questão de evitar uma visão por seus pares, superiores e subordinados, que venha a impactar negativamente sua carreira.

Foi aberto para comentário sobre resultados positivos ou negativos das consultas com o psicólogo e quase todas as respostas (um total de 4 das 5 recebidas) afirmaram que houve alguma melhora nos sintomas diagnosticados (depressão e ansiedade). No entanto, percebe-se que um dos peritos indicou impacto positivo sobre sua saúde, mas negativo sobre a sua



carreira por estar buscando auxílio psicológico.

Durante a formação do perito criminal militar (seja durante o curso específico ou seja durante a sua formação militar) mais de 85% das respostas indicaram que não acreditam ter recebido informações ou ferramentas para lidar com o estresse.

#### 4.5 Bem-estar Geral do Militar

Nessa seção, foi avaliado o nível de satisfação de acordo com os escores obtidos dos somatórios das respostas dos participantes. Para isso, foi utilizado *The Satisfaction With Life Scale* (A Escala de Satisfação com a Vida, em tradução livre) dos autores Ed Diener, Robert A. Emmons, Randy J. Larsen e Sharon Griffin (1985) para avaliar o nível de satisfação dos militares avaliados (GIOVANELLI; GARRIDO, 2011).

Aproximadamente 75% dos militares da amostra apresentam alta satisfação com a vida (somando-se os dois primeiros níveis), o que, de acordo com o autor desse tipo de avaliação, significa que esse público sente que sua vida anda muito bem na maioria dos seus domínios (trabalho ou escola, família, amigos, lazeres e desenvolvimento pessoal).

Cerca de 10% apresentam uma pontuação média, o que representa que em alguns aspectos de sua vida gostaria que houvesse melhora, mesmo que essa pessoa esteja satisfeita com grande parte dos aspectos de sua vida como um todo.

Aproximadamente 10% se enquadraram na faixa que representa estar abaixo da média, o que significa que esses indivíduos podem estar vivenciando eventos específicos que geram essa insatisfação em sua vida. Em caso de estar cronicamente nessa faixa, pode ser necessário mudanças na vida ou a pessoa simplesmente tem expectativas muito grandes sobre aspectos da vida.

Em torno de 5% estão insatisfeitos com a sua vida, o que indica que parte de seus domínios andam mal ou até mesmo muito mal, podendo ser uma resposta a um evento recente, como por exemplo luto, divórcio, ou até mesmo problemas no trabalho que, com o tempo, esses indivíduos podem ir voltando naturalmente para faixas mais elevadas de satisfação. Por conta disso, a pessoa pode não ter a mesma capacidade funcional, visto que pode estar se distraindo com esses sentimentos. A persistência dessa insatisfação mostra a necessidade de



mudanças na vida e a busca por apoio de um especialista pode auxiliar a nortear para a direção correta.

Assim, vê-se que cerca de 25% dos pesquisados (a soma dos três níveis inferiores) apresentam uma satisfação com a vida que pode gerar efeitos negativos na capacidade laborativa do perito criminal e que apenas se eleva com auxílio externo.

#### 4.6 Comentários da Pesquisa pelo Avaliado

Na sexta e última seção, abriu-se espaço para comentários sobre a pesquisa e demais assuntos relevantes e não abordados no questionário. Dos participantes, sete responderam esse último campo, como apresentado no Quadro 1.

As respostas revelaram que há um interesse na área, principalmente pelos próprios peritos observarem a

necessidade de apoio à saúde mental, devido ao estresse gerado nesse tipo de trabalho. Ao mesmo tempo, existem comentários que demonstram que há sim um certo estigma dentro das Forças Armadas, quanto ao tratamento psicológico pelos militares da ativa, o que pode deixar o indivíduo em uma situação na qual deve escolher entre a sua saúde mental e o preconceito, podendo gerar efeitos negativos à sua carreira, como apontado pela literatura.

Portanto, todos os dados levantados pelo formulário, mesmo que representem uma amostra pequena do universo de peritos criminais militares, conseguiram ratificar estudos realizados e apresentados pela literatura e, em alguns casos, até mostrar diferenças existentes nesse nicho específico dentro das Forças Armadas.

Comentários relevantes sobre a pesquisa	Faixa de idade
Excelente abordagem, tenho certeza que muitos companheiros necessitaram, necessitam e vão necessitar!	31 a 35 anos
Excelente a iniciativa. Em 2020 atendi um local de morte violenta. A vítima havia sido meu auxiliar na seção, e eu nutria apreço por ele.	31 a 35 anos
Excelente pesquisa. Se puder compartilhar o resultado da consulta e a conclusão do trabalho, acredito que será importante e de interesse de todos.	36 a 40 anos
Excelente tema!	41 a 45 anos
Uma grande parcela dos militares apresentam algum problema psicológico, porém não procuram ajuda por receio de serem taxados como problemático. Os profissionais de saúde do EB sofrem pressão dos superiores para que não exerçam os procedimentos da forma correta. Os Cnts não respeitam os protocolos de saúde. O ideal é ter um gasto (investimento) na ajuda de psicólogos e psiquiatras civis, pois a falta de tratamento acaba afetando os familiares. Depressão não é frescura.	36 a 40 anos
Esse tipo de trabalho tem muita importância no amparo dos peritos militares, haja vista tirar um extrato das condições de trabalho e psicológica.	41 a 45 anos
Nunca fiz consulta com psicólogo ou psiquiatra, mas ao longo da carreira vi muitos amigos serem criticados e taxados por recorrer a tais profissionais.	Acima de 45 anos

Figura 1 - Comentários dos participantes sobre a pesquisa (campo não obrigatório).  
 Fonte: Elaborado pelo autor (2022).





## 5 CONCLUSÃO

Como visto anteriormente nessa pesquisa, a literatura aborda diversas facetas relativas à saúde mental. No entanto, quando se começa a focar dentro das Forças Armadas, as referências e os estudos acabam ficando escassos à medida que se adentra em nichos cada vez mais específicos.

Esse é o caso do perito criminal militar, uma área historicamente nova no Brasil, que ainda enfrenta dificuldades na produção de conhecimento, principalmente aquele direcionado para os problemas mais abrangentes da profissão, como é o caso dos efeitos psicológicos envolvidos nesse trabalho.

Nesse contexto, o presente estudo buscou, de forma introdutória e até pioneira (devido ao fato de não haver publicações renomadas ou contemporâneas sobre o assunto), abordar o tema da psicologia dentro do emprego do perito criminal militar, dando enfoque aos casos mais extremos, como é o caso da presença de vítimas fatais, conhecidas ou não do profissional que atende o local de crime.

Dessa forma, a bibliografia apresentada auxiliou no encontro dos pontos já consolidados em áreas

próximas da perícia criminal militar, como no caso dos estudos trazidos por Kennedy e Zillmer (2009), referentes às Forças Armadas dos EUA, e de Dias et al. (2013), abordando o assunto do ponto de vista da perícia criminal oficial (da polícia civil) do estado de Santa Catarina.

Em comparação ao formulário criado, as pesquisas apresentaram pontos convergentes ao que já se tinha consolidado anteriormente, como no caso do enfrentamento às comorbidades na saúde mental do militar, pelo simples fato de ser militar, tendo adição dos fatores estressores de se encontrar uma vítima fatal durante o seu trabalho pericial. Outro ponto foi a presença do estigma que há dentro da caserna, de que iniciar um tratamento psicológico irá consequentemente gerar impactos negativos à carreira, o que apesar de não ter se comprovado como fator fundamental para a rejeição da busca de um psicólogo, como previa a literatura, se apresentou como realidade àqueles que buscaram essa ajuda à sua saúde mental.

Além disso, houve também divergências com a literatura, como o caso de não haver aumento considerável no consumo de substâncias (álcool e



cigarro) devido ao aumento do estresse gerado pelo trabalho pericial.

Da mesma maneira, apesar da amostra pesquisada ser pequena, ela conseguiu apontar fatos importantes com relação ao tema do estudo em questão: (1) aqueles que buscaram o apoio psicológico tiveram uma melhora sensível da sua saúde mental; (2) a maioria dos peritos acreditam que o estresse gerado no atendimento de um local de crime com morte violenta, é prejudicial à capacidade laborativa do militar; e (3) durante a sua formação não houve informações suficientes ou não lhe foram apresentadas ferramentas que auxiliassem o indivíduo a enfrentar o estresse gerado no seu trabalho.

Em suma, o presente trabalho conseguiu atingir os seus objetivos, haja vista que demonstrou como o acompanhamento psicológico feito por um profissional da área pode auxiliar no enfrentamento de comorbidades da saúde mental, trazendo benefícios à capacidade laborativa do perito criminal militar, ou até mesmo evitando que essa capacidade seja diminuída por efeitos negativos gerados pelo estresse ou por eventos que gerem a desordem do estresse pós-traumático. No entanto, devido a inconsistências nas respostas,

não se pôde esmiuçar melhor alguns dos pontos da pesquisa.

Logo, como dito anteriormente, por se tratar de uma pesquisa introdutória e pioneira, espera-se que o tema tenha levado a todos os escalões, o alerta sobre o cuidado com a saúde mental da tropa, necessitando-se de estudos mais profundos, sendo sugerido pelo autor temas como: inclusão de palestras ou instruções acerca de ferramentas de enfrentamento do estresse laborativo no curso de perícia criminal militar, remodelagem do atendimento psicológico dentro do Exército Brasileiro e adoção de programas de acompanhamento psicológico em grupo para peritos criminais militares.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Exército Brasileiro. Departamento-Geral de Pessoal. **Plano de Assistência Social do Departamento-Geral do Pessoal 2021-2023**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.dap.eb.mil.br/pdf/sas/planosas.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

DIAS, R. P et al. Riscos psicossociais e estresse ocupacional, parceiros numa relação presumida com burnout: um estudo de estressores que envolvem as



atividades dos peritos criminais. **Revista Brasileira de Criminalística**, vol. 2, n. 1, p. 42-50, 2013.

DIENER, E. D. et. al. The satisfaction with life scale. **Journal of Personality Assessment**, v. 49, n. 1, p. 71-75, 1985.

GIOVANELLI, A; GARRIDO, R. G. A perícia criminal no Brasil como instância legitimadora de práticas policiais inquisitoriais. **Revista LEVS**, n. 7, 2011.

GOMES, S. P. M. **Acompanhamento psicológico nos cuidados de saúde mental**. Dissertação (Mestrado).

Mestrado em Psicologia Clínica e de Aconselhamento, Departamento de Psicologia e Sociologia, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/2593>. Acesso em: 07 set. 2022.

KENNEDY, C. H., ZILLMER, E. A. **Psicologia militar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

VANDENBOS, G. R. **Dicionário de Psicologia da APA**. Porto Alegre: Artmed, 2010.



# A IMPORTÂNCIA DA CONSTANTE ATUALIZAÇÃO NA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PERÍCIA

*Trabalho aprovado com louvor – Curso de Perícia e Investigação Criminal /2022*

1º Ten Inf Guilherme Augusto Braga Silva, Maj Inf Gabriel Ferreira de Amorim Gaspar

## RESUMO

Sabe-se que a maior parte dos materiais de perícia são importados, o que dificulta a compra dos mesmos pelo Exército Brasileiro, tendo em vista que a organização faz parte da administração pública, e requer que tais materiais sejam comprados por dispensa de licitação ou pregão. A aquisição dos materiais para a realização de perícias é importante para a formulação de laudos por parte dos peritos e que tem como objetivo responder a todas as questões dos Encarregados de Inquéritos Policiais Militares. O objetivo foi analisar as dificuldades no processo de pregão eletrônico para compra de material de perícia. Além do estudo bibliográfico foi realizado um estudo de campo com peritos da Polícia do Exército, os quais atuam no BPEB, 5ª Cia PE, 9º Pelotão de Polícia do Exército, BCSv AMAN e 4º BPE. Foi constatado que a maioria dos entrevistados não têm conhecimento a respeito do processo de compra desses materiais, os quais, na maioria das vezes, demoram até três meses para serem disponibilizados, dificultando o trabalho dos peritos. Tais profissionais, para não deixarem os laudos inconcluídos muitas vezes colocam recursos próprios a fim de suprir as necessidades para a realização das perícias. No fim, ficou claro a necessidade de se dar uma maior importância para a compra destes materiais.

**Palavras-chave:** Perícia, compra de materiais, licitação.

## ABSTRACT

It is known that most of the expertise materials are imported, which makes it difficult for the Brazilian Army to purchase them, due to the fact that the organization is part of the public administration and requires that such materials be purchased by waiver of bidding or trading. The acquisition of materials for carrying out investigations is important for the formulation of reports by the experts and that aims to answer all the questions of those in charge of Military Police Investigations. The objective was to analyze the difficulties in the electronic auction process for the purchase of forensic material. In addition to the bibliographic study, a field study was carried out with experts from the Army Police, who work in the BPEB, 5th Cia PE, 9th Army Police Squad, BCSv AMAN and 4th BPE. It was found that most respondents are not aware of the process of purchasing these materials, which, in most cases, take up to three months to be available, making the work of experts difficult. Such professionals, in order not to leave the reports unfinished, often put their own resources in order to meet the needs for carrying out the expertise. As has been demonstrated, it is clear that it is necessary to give greater importance to the purchase of these materials.

**Keywords:** Expertise, purchase of materials, bidding.



## 1 INTRODUÇÃO

As ciências forenses surgiram da necessidade de se desenvolver técnicas para a identificação de suspeitos e, também, para comparar evidências encontradas em locais de crimes e correlacioná-las com o fato delituoso.

Dentre as diversas versões da origem da perícia, Dias (2009) cita a história de Arquimedes, que solucionou o primeiro caso de crime contra o patrimônio, ao solucionar o caso do rei de Siracusa e sua coroa de ouro, ocasião na qual originou a celebre interjeição: Eureka.

A criminalística contém 5 princípios, dentro dos quais se encontra o da interpretação. Este diz que dois objetos podem ser indistinguíveis, mas nunca idênticos. Ou seja, dentro das possíveis classificações de identificações, sejam elas a genérica, a específica e a individual, cabe aos exames periciais alcançarem esse último estágio.

Com isso, existe a necessidade da constante aquisição de materiais e equipamentos adequados que possibilitem a equipe pericial, através da pesquisa científica, responder os quesitos formulados pelos encarregados de Inquérito Policial

Militar (IPM) e estabelecer uma conclusão fidedigna ao evento ocorrido.

Vale ressaltar que o laudo pericial tem a finalidade técnica de eliminar imprecisões e estabelecer a dinâmica do fato. Conforme Giovanelli e Garrido (apud ZAVERUCHA, 2003, p. 102), "a atuação da perícia criminal e médico legal é essencial para o embasamento da decisão judicial e sua livre atuação tem sido evocada como imprescindível para a defesa dos direitos e garantias fundamentais das pessoas."

Com o exposto acima é preciso levar em consideração estar trabalhando com os direitos e deveres de pessoas e instituições. E, dessa forma, é possível levantar as seguintes questões: Qual a importância de garantir que o PIC tenha o material e equipamento necessário para a conclusão da diagnose diferencial em um local de crime? Como é realizada a aquisição de material de perícia nas Organizações Militares de Polícia do Exército?

Com isso, foi realizado um questionário visando entender quais são as principais dificuldades de aquisição de material pelos Pelotões de Investigação Criminal, revelar as carências de materiais de maneira



generalizada e verificar se a verba destinada à aquisição de material de perícia é emitida pelo mesmo órgão gestor.

A finalidade desse escopo limita-se a tratar da compra de materiais específicos para realização de perícias, como ninidrina, coletores articulados para impressão digital, *swab*, testes colorimétricos, entre outros, em suma, materiais necessários para a atuação.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 A AQUISIÇÃO DE MATERIAL POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Segundo Moura et al. (2015), as licitações oferecem várias vantagens tanto para o comprador quanto para o vendedor.

Para o comprador, a licitação ajuda na obtenção do melhor preço e os melhores termos de contrato para suas propostas. Permite-lhes obter os vendedores de produtos e serviços mais qualificados, mantendo os custos baixos. Eles também trabalham com vendedores com histórico de realizações e que estão qualificados para prestar serviços especializados.

Para o vendedor, a licitação permite que os vendedores executem propostas com as quais estão

familiarizados e a uma taxa que eles determinam. Isso permite que eles economizem em custos que poderiam ser usados para encontrar compradores em potencial para seus produtos.

A Administração Pública utiliza as licitações com a finalidade de comprar bens e contratar serviços a preços mais vantajosos, no entanto os critérios do edital de licitação devem ser obedecidos, de acordo com o art. 37 caput da Constituição Federal (1988):

“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte” (Brasil, 1988).

A respeito da igualdade de condições o art. 37 inciso XXI da CF (1988) diz que “ressalvados os casos especificados na legislação, obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes” (Brasil, 1988).

Segundo Cintra (2014) a licitação possui 4 fases, conforme se observa na Figura 1.





**Figura 1** — Fases do processo licitatório (Fonte: Cintra, 2014).

Para que o vendedor tenha conhecimento do material que é necessário aos PICs, a manifestação do interesse pelo material deverá ser publicada no período da fase de pré-licitação. É interessante que, por se tratar de material específico, cada OMPE que possua PIC tenha seu próprio pregão, tendo em vista a necessidade particular de cada Unidade por Comando Militar de Área.

Em um primeiro momento, na fase pré-licitação, é feita a publicação do edital ou carta convite, através dos quais são convocados os interessados, devendo constar no edital os pontos principais como: modalidade, objeto, preços, prazos, normas de execução, data, hora e local para apresentação da documentação e sessão pública para abertura dos envelopes, tudo em

consonância com a Lei 8.666/93 (CINTRA, 2014).

A partir desse momento, tem-se uma perda dos interessados na concorrência, devido grande parte dos materiais serem importados. Uma vez que os itens são cotados em dólar e levando-se em consideração a flutuação cambial, o preço do produto na hora da compra, por parte do vendedor, para o fornecimento, poderá ser diferente do momento em que ele fez o lance na segunda fase, podendo resultar na não obtenção de lucros. Esse aspecto acaba servindo como desestímulo para que ele adentre nesse processo licitatório.

A primeira fase compreende a abertura dos envelopes, a qual é feita em sessão pública, momento em que será conferida a documentação e verificada as propostas dos interessados. Na segunda fase, há a abertura de preços dos habilitados, sendo que aquele que vencer a licitação não poderá desistir da proposta, somente em caso de motivo justificado e aceito pela comissão. Caso haja algum licitante inabilitado, poderá ele interpor recurso (CINTRA, 2014).

Devido aos empecilhos supracitados, poucos são os fornecedores que chegam à terceira fase.



Na terceira fase ocorre a habilitação. Essa etapa é responsável pela homologação dos licitantes que obtiveram sucesso no cumprimento de todas as exigências mínimas que constam no art. 27 da Lei de Licitações.

Cintra (2014) cita alguns princípios constitucionais que regem as licitações, são eles: princípio da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência:

#### 2.1.1. Princípio da legalidade

De acordo com Figueiredo (2006), o princípio da legalidade pressupõe que todas as atividades da Administração Públicas devem ser feitas seguindo-se os preceitos legais, protegendo o indivíduo dos abusos de poder.

"[...] o princípio da legalidade não pode ser compreendido de maneira acanhada, de maneira pobre. E assim seria se o administrador, para prover, para praticar determinado ato administrativo tivesse sempre que encontrar arrimo expresso em norma específica que dispusesse exatamente para aquele caso concreto" (FIGUEIREDO, 2006, p. 446).

Assim, no caso do processo licitatório, a Administração Pública

deve obedecer a legislação vigente, não podendo criar qualquer tipo de regra ou norma que esteja fora dos previstos na legislação.

#### 2.1.2. Princípio da impessoalidade

De acordo com Carvalho (2009), o princípio da impessoalidade da Administração Pública prevê que o tratamento dado a todos deve ser feito de forma igualitária, não havendo preferências que não tenham o interesse público como fim.

Segundo Figueiredo (2006), este princípio não admite qualquer tipo de distinção por parte da Administração Pública em processos licitatórios, estando o mesmo consoante a CF/88 que afirma que todos são iguais perante a lei. Desta forma, a administração deve ter em vista o interesse público, promovendo a igualdade de condições para todos os concorrentes, como preceitua o inciso XXI do art. 37 da CF/88:

"Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas





da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações" (Brasil, 1988).

Assim sendo:

"A Administração Pública não pode privilegiar uns em detrimento de outros, devendo a mesma cumprir o edital previsto, o qual, de acordo com o art. 40 da Lei 8.666/93 obriga que o objeto da licitação seja colocado em edital, o qual deve ser preparado para que seja garantida a execução do contrato" (FIGUEIREDO, 2006, p. 447).

### 2.1.3. Princípio da moralidade

Figueiredo (2006, p. 448) afirma que:

"O princípio da moralidade relaciona-se à probidade administrativa e boa-fé, onde a Administração deverá agir com moralidade e ética. Para tanto, o servidor público deverá ser conhecedor e saber diferenciar o certo do errado, o moral do imoral, o ético do antiético."

### 2.1.4. Princípio da publicidade

Para Figueiredo (2006) o princípio da publicidade refere-se à divulgação de todos os atos relativos ao edital, contrato, dentre outros, sendo que o

contrato só será válido após a publicação do edital.

"Permanecendo o raciocínio, o Princípio da Publicidade tem como propósito exigir a publicação, em órgão oficial, dos atos administrativos, constituindo o seu requisito de eficácia. Um dos dispositivos ratificadores dessa exigência é o Parágrafo Único do artigo 61, da Lei 8.666/93, o qual estabelece como pressuposto indispensável de eficácia dos contratos administrativos a publicação resumida do seu instrumento na Imprensa Oficial, exigindo a transparência da atuação administrativa" (WANDALSEN, 2012, p. 20).

Assim também prevê o art. 11, inciso IV da Lei 8.429/92: "negar publicidade aos atos oficiais" (Brasil, 1992), seria um ato de improbidade.

### 2.1.5. Princípio da eficiência

Para Figueiredo (2006, p. 451) "a eficiência é a escolha da melhor proposta, aquela que trará maiores vantagens com relação à onerosidade, qualidade e celeridade".

## 2.2 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PERÍCIA

O art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988 institui o



pregão como "modalidade para aquisição de bens e serviços comuns, assim, União, Estados e Municípios têm a opção por utilizar esse tipo de modalidade em suas organizações" (BRASIL, 1988).

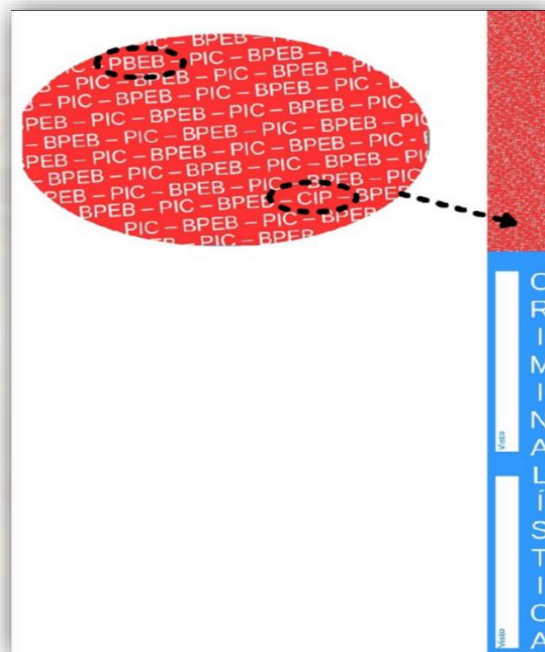
Os bens e serviços comuns são definidos como "aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado", conforme parágrafo único, do art. 1º, da Lei n. 10.520/02 (BRASIL, 2002).

Nesse contexto, enquadram-se os materiais necessários para a realização das perícias, bem como suas especificações usuais no mercado.

No entanto, "caso haja necessidade e de acordo com as peculiaridades de cada organização, a licitação poderá ser dispensada. Desta forma, o administrador poderá fazê-lo em determinadas situações" (BRASIL, 2002).

Com relação à inexigibilidade, "a mesma ocorrerá quando for inviável realizar competição ou não houver como estabelecer critérios objetivos para a licitação, assim sendo, a mesma se torna inviável" (BRASIL, 2002).

Com relação ao PIC do BPEB, visando a fidelidade do material redigido e entregue para a justiça e com a finalidade de evitar fraudes, o mesmo faz aquisição de folhas personalizadas para impressão de laudo, com elementos de segurança utilizados pelo PIC, como se observa pela Figura 2.



**Figura 2** — Elementos de segurança utilizados pelo PIC (Fonte: BPEB, 2022).

Outro bem adquirido pelo PIC são as camisas de perícia e para auxiliares de perícia. Um dos motivos para a utilização dessas camisas é para que o público externo não crie um estereótipo ao ver a farda, acreditando que o perito seja parcial à força, enquanto o trabalho pericial é científico e visa estabelecer a dinâmica dos fatos, conforme demonstrado pela Figura 3.





Figura 3 — Camisas para peritos e auxiliares de perícia (Fonte: BPEB, 2022).

Com relação ao material de perícia (SIRCHIE), observa-se que há dispensa de licitação para aquisição dos mesmos por parte da seção de criminalística do BPEB, onde estão incluídos os seguintes materiais, conforme as figuras 4 e 5:

Material	Quantidade/dimensão
Pacotes de cianoacrilato	4
Saco para integridade de provas	19 x 26,7 cm
Kit de reagente para análise de narcóticos	10
Escala reversível	300 x 150 mm
Luvas de nitrilo preta, sem talco, médio	100 pares
Reagente para maconha	10 unidades
Reagente para haxixe	10 unidades
Reagente para THC	10 unidades
Reagente para cocaína	10 unidades
Reagente para heroína	10 unidades
Reagente para Ecstasy	10 unidades
Reagente para anfetamina	10 unidades

Figura 4 — Material de perícia isento (Fonte: BPEB, 2022).



Figura 5 — Material de perícia isento de licitação (Fonte: BPEB, 2022).

Outro tipo de material que é adquirido pelo PIC do BPEB são livros, os quais são utilizados para atualização de conhecimento e, também, servem como material de pesquisa para a confecção dos laudos, todos da Editora Millenium, conforme a Figura 6 demonstra.

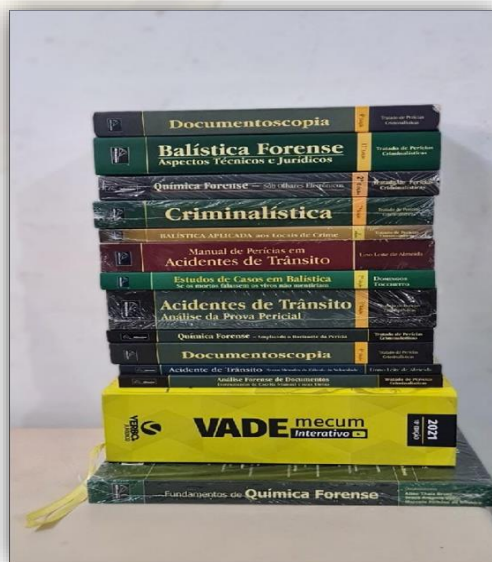


Figura 6 — Livros da Editora Millenium (Fonte: BPEB, 2022).



### 2.3. COMISSÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO EM WASHINGTON

Conforme Brasil (2022):

"A CEBW é uma unidade gestora (UG) que tem por finalidade executar os procedimentos relativos à aquisição no exterior e à remessa para o Brasil de bens ou serviços, solicitados pelos diversos órgãos importadores (OI), bem como o recebimento e a gestão dos recursos do Exército no exterior" (Brasil, 2022).

Ainda que seja no exterior, os princípios da administração pública continuam sendo respeitados, pois a Portaria – C Ex Nº 1.761, de 10 de junho de 2022, regula que a CEBW não permitirá que a OM interfira no processo administrativo de aquisições no exterior de qualquer natureza.

A aquisição de material SIRCHIE através de importação sai a um custo menor (licitações internacionais), as quais são demandadas pelos Órgãos Importadores do Comando do Exército, preferencialmente no Brasil, sendo conduzidas pela Comissão do Exército Brasileiro em Washington (CEBW) quando não houver serviços ou bens produzidos no País, de acordo com as especificações técnicas, tecnológicas e necessidades operacionais da Força Terrestre e devidamente justificadas,

em conformidade com os estudos técnicos preliminares.

Desta forma, alguns materiais podem ser adquiridos através de licitações internacionais, junto à CEBW. Como exemplo de materiais interessantes para as equipes periciais estão: cianoacrilato, reagente de narcótico, câmaras de vaporização, coletores de impressões digitais, documentoscopia, levantadores de impressões latentes, maletas e cases personalizados, exame residuográfico, restaurador de número de série, kit de localizador de trajetória a laser.

O art. 19 Portaria – C Ex Nº 1.761, de 10 de junho de 2022, regula como se dará o procedimento licitatório, respeitando cada fase do processo.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi realizado um estudo de campo com cinco peritos da Polícia do Exército, os quais atuam no BPEB, 5ª Cia PE, 9º Pelotão de Polícia do Exército, BCSv AMAN e 4º BPE, tendo os mesmos respondido a um questionário virtual, o qual encontra-se no Apêndice A deste estudo.

Com a finalidade de se entender qual a realidade de cada PIC, foram



realizadas perguntas que pudessem servir de apoio às pesquisas deste trabalho.

A respeito de quais as principais ocorrências que cada PIC mais enfrenta, podendo o mesmo entrevistado responder mais do que somente um item, foi analisado que 37% das ocorrências disse ser trânsito; 27% entorpecentes; 9% LOT e grafo e 9% degravação de áudio e vídeo, documentoscopia e crimes contra o patrimônio, conforme se observa pela Figura 7.



Figura 7 – Principais ocorrências nos Pelotões de Investigação Criminal (Fonte: O autor, 2022).

Com relação ao material disponível ser suficiente para atender as ocorrências que são solicitadas, 80% dos entrevistados disseram não ser suficiente e 20% disseram que é suficiente. Conforme demonstrado pelo Figura 8. Salienta-se que foi dito por um dos entrevistados que o material utilizado é particular, bem como foi dito por outro que em algumas ocasiões é

necessário solicitar apoio a outros órgãos.



Figura 8 – Suficiência do material em carga nos PICs (Fonte: O autor, 2022).

Sobre quais materiais de perícia o PIC em que o entrevistado atua tem mais carência, 43% dos entrevistados disseram ser testes de drogas, 15% microscópio e 14% material de laudo balística forense, cianoacrilato e luminol, conforme o Figura 9 demonstra.



Figura 9 – Carência de materiais (Fonte: O autor, 2022).

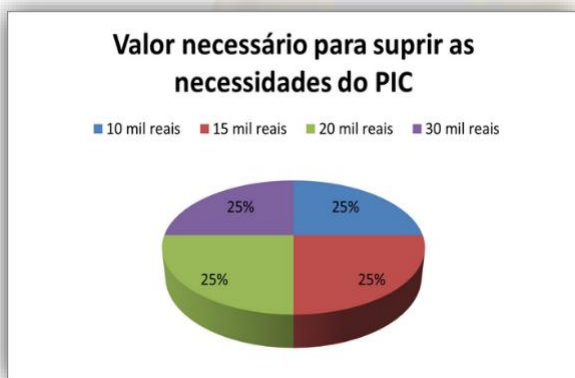
A respeito de existir laudos que ficam inconcluídos devido à falta de material de perícia, 100% dos entrevistados disseram não haver, como demonstra o Figura 10.





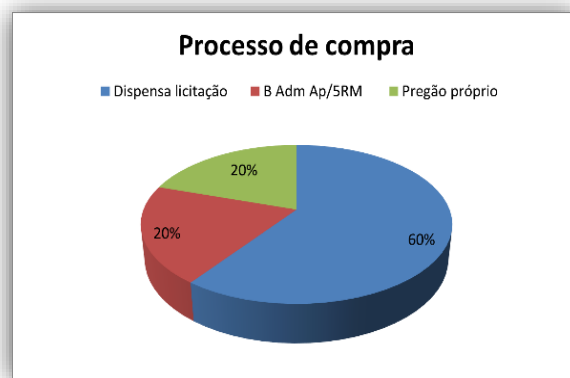
**Figura 10** — Inconclusão de laudos por falta de material (Fonte: O autor, 2022).

A respeito do valor anual mínimo que o entrevistado necessita para suprir às necessidades de reposição de materiais essenciais para perícias mais comuns em suas regiões, 25% disseram ser R\$ 10.000,00; 25% R\$ 15.000,00; 25% R\$ 20.000,00 e 25% R\$ 30.000,00, conforme o Figura 11 demonstra.



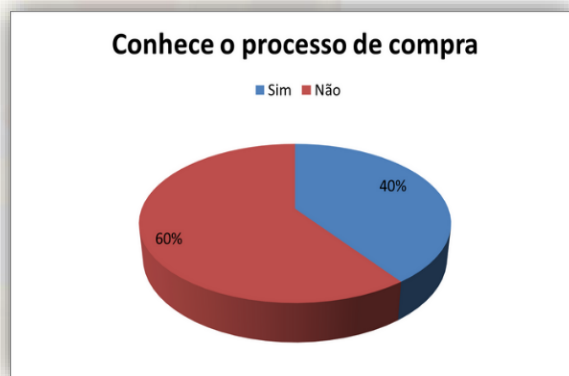
**Figura 11** — Valor de verba anual necessário (Fonte: O autor, 2022).

Sobre como é feito o processo de compra dos materiais do PIC do entrevistado, 60% disseram que dispensa licitação, 20% pela B Adm Ap/5RM e 20% por pregão próprio, de acordo com o Figura 12.



**Figura 12** — Processo de compra (Fonte: O autor, 2022).

A respeito do entrevistado conhecer o processo de compra de material de perícia pela CEBW, 60% dos entrevistados não conhecem ao passo que 40% conhecem, de acordo com o Figura 13.



**Figura 13** — Conhecimento do processo de aquisição de materiais (Fonte: O autor, 2022).

Com relação aos materiais de perícia que o entrevistado encontra maior dificuldade em fazer aquisição, 60% dos entrevistados disseram ser importados, 20% narcotestes e 20% específicos da área de perícia criminal, conforme o Figura 14 demonstra.





**Figura 14** — Materiais com maior dificuldade de compra (Fonte: O autor, 2022).

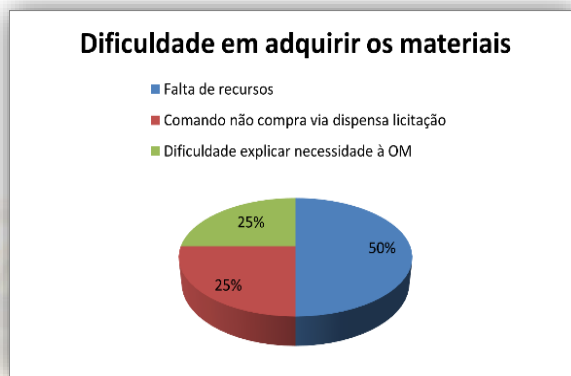
Com relação aos materiais ou peças de reposição que são encontrados somente em outros países utilizados pelo PIC do entrevistado, 33% disseram serem testes de narcóticos; 17% teste para resíduo de armas de fogo; materiais de levantamento de digitais e alguns materiais do SIRCHIE; 16% disseram ser alguns reagentes, conforme o Figura 15 demonstra.



**Figura 15** — Materiais encontrados somente no exterior (Fonte: O autor, 2022).

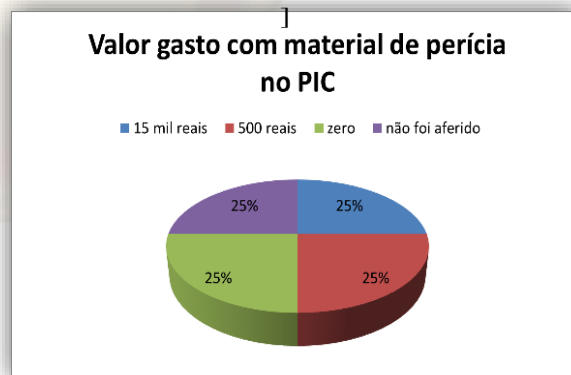
No que diz respeito à dificuldade do entrevistado em adquirir esses materiais, 50% dos entrevistados disseram ser por falta de recursos; 17% disseram que o comando não aceita

comprar esse tipo de material via dispensa de licitação, bem como o custo do material; 16% disseram ser devido à dificuldade em explicar a necessidade do material para a OM, conforme o Figura 16 demonstra.



**Figura 16** — Dificuldade em realizar a aquisição dos materiais (Fonte: O autor, 2022).

Com relação ao valor gasto no último ano para aquisição de material de perícia no PIC do entrevistado, 25% disseram ter sido R\$ 15.000,00; 25% R\$ 500,00; 25% disseram ter sido zero e 25% disseram que o valor não foi aferido, conforme o Figura 17.



**Figura 17** — Valor gasto com material de perícia no último ano (2021) (Fonte: O autor, 2022).

Sobre o tempo de espera para recebimento deste material, 50% dos entrevistados disseram ser 3 meses; 25%



30 dias e 25% disseram que o tempo não é estimado, conforme o Figura 18.



**Figura 18** – Tempo de espera para recebimento do material (Fonte: O autor, 2022).

A respeito de ser realizada uma previsão orçamentária anual dentro do planejamento e se sim, a quem é solicitado, um dos entrevistados disse que há um planejamento anual, porém só é informado ao comando, não sabendo como solicitar esse crédito. Outro entrevistado disse ser solicitado ao FUNADOM. Outro disse ser a base de administração do comando, e outro alegou que não é feito um planejamento.

Entre as considerações finais feitas pelos entrevistados a respeito da importância da constante atualização na aquisição de materiais de perícia, foi relatada a necessidade de adquirir licença para o Windows, viabilizando a utilização de programas dedicados à perícia, com maior segurança, é a demanda por recurso destinado à aquisição de computadores melhores.

Outro entrevistado falou a respeito da necessidade de haver um pregão próprio, para que o PIC não tenha problemas em adquirir os materiais. Já outro pontuou que é necessária a conscientização por parte do comando quanto à importância da perícia criminal militar, visto que pouco recurso é voltado para os PICs e a área pericial é consideravelmente cara.

Para o entrevistado, é comum ver os peritos abusarem da criatividade para dar continuidade aos trabalhos, face às demandas que surgem. Além disso, ressalta o entrevistado, que por se tratar de uma área científica e estar em constante desenvolvimento e atualização, os peritos devem estar em contínuo aperfeiçoamento e não há colaboração da Força Terrestre nesse sentido. Dessa forma, o militar acaba utilizando dinheiro próprio para cumprir sua função.

Diante do que foi apurado nas entrevistas, ficou evidenciado que as principais ocorrências nas quais os peritos atuam dizem respeito a trânsito e entorpecentes. Para 80% dos entrevistados o material de perícia disponibilizado não é suficiente para a demanda, sendo que para os testes de droga há maior carência de materiais.





No entanto, mesmo com essa carência, 100% dos entrevistados afirmam que todos os laudos são concluídos.

O valor necessário para compra de material de perícia para os PICs varia entre 10 mil reais e 30 mil reais, e em 60% dos casos a compra deles é realizada através do processo que dispensa licitação.

60% dos entrevistados não conhecem o processo de compra, mas sabem que os materiais com maior dificuldade para compra são os importados. Dentre eles, 43% dizem respeito aos testes de narcótico, o qual somente é encontrado fora do país.

A maior dificuldade em adquirir os materiais de perícia, citada por 50% dos entrevistados, é a falta de recursos. Dentre os PICs entrevistados, o que teve o maior valor gasto com material, chegou a 15 mil reais no último ano e o tempo de espera pela chegada do material citado por 50% dos entrevistados é de 3 meses.

Foi verificado, durante as pesquisas, que não há uma padronização quanto ao emissor do crédito voltado às necessidades da perícia, tendo sido percebido que 60% dos entrevistados realizam a aquisição

de material através de dispensa de licitação e somente 20 % possui pregão próprio.

Ao final, conclui-se que a aquisição de material para perícia é dificultada não somente pelo fato da maioria deles serem importados, mas também pela falta de entendimento por parte do comando de que esses materiais são necessários, e assim, disponibilizar recursos para a compra dos mesmos.

## 5 CONCLUSÃO

A literatura pesquisada evidenciou que os materiais de perícia são de suma importância para o trabalho do perito, no entanto, através do estudo de campo realizado foi observado que os peritos do Exército Brasileiro têm trabalhado em estado de precariedade em relação à aquisição destes materiais, embora, todos os laudos tenham sido concluídos.

Pelas entrevistas realizadas ficou clara a necessidade de se dar maior importância para a compra destes materiais, tendo sido constatado que, devido à instituição fazer parte da administração pública, a compra por dispensa de licitação tem sido utilizada.



Também foi comprovado que os peritos muitas vezes dispõem de recursos próprios para realizar suas tarefas, e devido ao fato de os materiais serem em sua maioria importados, isso tem contribuído para uma maior dificuldade na disponibilização dos mesmos para os peritos, já que, na maioria das vezes, demora até três meses para que tais materiais cheguem às mãos dos mesmos.

Foi abordado como funciona o processo de compra pela CEBW e em qual portaria se encontra os procedimentos para realização de aquisição de materiais no exterior e como o custo pode ser mais baixo. Para tanto, se faz necessário um planejamento orçamentário de cada OMPE, levando em considerações os anos anteriores. Com a estimativa da quantidade de material necessária, haverá uma redução na precariedade da falta de equipamentos periciais.

Além disso, foi verificado não haver padronização do emissor de crédito específico para perícia e, com isso, a dispensa de licitação acaba se tornando uma maneira mais viável de realizar a aquisição de materiais. Assim, se faz necessário um estudo para verificar qual seria o melhor órgão da

administração para ser o responsável pela destinação de recursos para essa área tão carente.

Diante do que foi demonstrado pelo estudo proposto, fica como sugestão que o comando dê maior atenção à compra desses materiais, bem como promova a capacitação das pessoas envolvidas neste processo, tendo em vista ter sido constatado pelo estudo que 60% dos entrevistados desconhecem o processo de compra destes materiais.

## REFERÊNCIAS

BPEB. Batalhão de Polícia do Exército Brasileiro. **Formas de compras utilizadas pela seção de criminalística do BPEB.** 2021. 24 slides.

BRASIL. **Constituição.** Vide Emenda Constitucional nº 107, de 2020. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Brasília, DF. Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019.** Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na



forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. Brasília, DF. Presidência da República, 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10024.htm). Acesso em: 10 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 10.520/02, DE 17 DE JULHO DE 2002.** Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Brasília, DF. Presidência da República, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm). Acesso em: 10 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.** Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, DF. Presidência da República, 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_)

[ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm). Acesso em: 10 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 8.429, DE 02 DE JUNHO DE 1992.** Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. Brasília, DF. Presidência da República, 1992. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/lcis/18429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/lcis/18429.htm). Acesso em: 10 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, DF. Presidência da República, 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/lcis/18666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/lcis/18666cons.htm). Acesso em: 10 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **PORTARIA - CEX Nº 1.761, DE 10 DE JUNHO DE 2022.** Aprova o Regimento Interno da Comissão do Exército Brasileiro em Washington (EB10-RI-09.008), 1ª edição, 2022. Brasília, DF. MINISTÉRIO DA DEFESA, 2022. Disponível em: [http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/001\\_estatuto\\_regulamentos\\_regimentos/03\\_re](http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/001_estatuto_regulamentos_regimentos/03_re)



gimentos/port\_n\_1761\_cmdo\_eb\_10jun  
 2022.html. Acesso em: 18 out. 2022.

CARVALHO, M. C. M. de. **Paradigmas filosóficos da atualidade**. Campinas: Papirus, f. 153, 1989. 305 p.

CINTRA, A. S. A licitação na administração pública. **O Patriarca: revista do curso de direito - UNIPAC**, Araguari, v. 6, n. 6, 2012.

DIAS, C. R. **O Primeiro Perito**. Ciência Contra o Crime. 2009. Disponível em: <https://cienciacontraocrime.com/2009/08/27/o-primeiro-perito/>. Acesso em: 18 out. 2022.

FIGUEIREDO, L. V. Curso de Direito Administrativo. **Malheiros Editores**, São Paulo, v. 2, 2004. 9ª ed. 2006.

GIOVANELLI, Alexandre;

ARRIDO, Rodrigo Grazinoli. A perícia criminal no brasil como instância legitimadora de práticas policiais inquisitoriais. **LEVS**, n. 7, 06 2011.

MOURA, A. M. M. **As compras públicas sustentáveis e sua evolução no brasil**. IPEA. 2013. 11 p. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5584/1/BRU\\_n07\\_compras.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5584/1/BRU_n07_compras.pdf). Acesso em: 1 ago. 2022.

WANDALSEN, N. **C. LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL: A utilização da licitação na correlação entre o impacto ambiental e a construção de rodovias no Brasil**. Brasília, f. 20, 2012. 57 p Monografia (Bacharelado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2012.

